



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Proposta de Habitação Social em Albufeira. Contributos para uma nova Vivência

João Filipe Guerreiro Costa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(Ciclo de Estudos Integrado)

Orientador: Prof. Doutora Ana Maria Tavares Ferreira Martins
Co-orientador: Doutor Arquitecto Jorge Silva Carlos

Covilhã, Outubro de 2013

Resumo

A seguinte dissertação com o tema “Proposta de Habitação Social em Albufeira Contributos para uma nova Vivência”, remete uma análise teórica da habitação social a custos controlados no século XX | XXI, tanto a nível nacional como internacional.

A habitação é o núcleo central de uma vida familiar proporcionado o bem estar e um desenvolvimento social equilibrado, uma vez que atinge diretamente o Homem e os seus comportamentos. Deste modo a habitação social é um ponto sensível, devendo ser facultada pelo Estado, com diferentes praticas e teorias, no sentido de promover uma habitação ao mesmo tempo barata, eficaz e digna para qualquer pessoa. No entanto, se deficientemente aplicado, pode gerar alguma marginalidade e diferenciação social.

O tema abordado nasce de um forte interesse em contribuir para as melhorias sociais, na cidade de Albufeira, de famílias carenciadas a nível de habitação. Após a uma análise teórica, surgiram as primeiras diretrizes que serviram de suporte para o processo criativo e para a concepção de uma nova proposta de Habitação Social a Custos Controlados num terreno destinado a regime de habitação social futura (Caliços, Albufeira).

Palavras-chave

Habitação Social; Contemporaneidade; Inclusão Social; Integração; Albufeira

Abstract

The theme of this essay “The Proposal of Social Housing in Albufeira leads to a new life Experience”, delivers a theoretical analysis on controlled costs of social habitation during the XX / XXI century, both nationally and internationally.

Habitation is the core of family life, providing wellbeing and a balanced social development, since it directly affects man and his behavior. In this way social housing becomes a sensitive matter with different practices and theories, which should be provided by the state, in order to provide dwellings which while inexpensive would still remain both effective and dignified for all. However, if deficiently applied this may cause a certain degree of marginality and social differentiation.

The theme approached was born from a strong interest in contributing to social improvements within the town of Albufeira and of families in need of habitation. After a theoretical analyses, the first guidelines were born that would support the creative process and the concept of a new proposal for controlled costs to acquire a plot of land to be developed for future social housing (Caliços, Albufeira).

Keywords

Social housing; Contemporaneity; Social Inclusion; Integration; Albufeira

Índice

1. Introdução	11
1.1. Objectivos	11
1.2 Metodologia	11
2. Contextualização do local	12
2.1. Aspectos de Geografia e Clima	13
2.2. Aspectos demográficos	14
2.3. Contextualização Histórica	16
2.3.1 Presença Romana	16
2.3.2 Presença Árabe	17
2.3.4 Presença contemporânea: Focos de desenvolvimento Urbanísticos	18
2.4. Enquadramento da Habitação Social em Albufeira	19
2.4.1 Habitação Social: um caso de estudo	19
2.4.2 Acompanhamento dos agregados familiares residentes vs Habitação Social	21
3. Habitação Social do século XX XXI	23
3.1. Características Modernas da habitação social nos anos 50 do séc. XX XXI	25
3.1.1 Contributos de Le Corbusier no contexto da habitação Social	28
3.1.2 Unidade habitacional de Marselha	29
3.2. Breves apontamentos sobre a casa no Movimento Moderno	30
3.3. A Habitação a custos controlados na contemporaneidade	33
3.3.1 Habitação Social, Arq. Alejandro Aravena "Deixem o povo ampliar suas casas"	34
3.4. Contexto Nacional dos anos 40-50 do séc. XX	37
3.5. Caso de estudo em Portugal	40
3.5.1 Conjunto Habitacional da Bouça, Porto	40
3.5.2 Descrição	41
3.5.3 Conceito	42
3.6. Serviço de Apoio Ambulatório Local	43
3.6.1 Objectivos e programa do processo SAAL	43
3.6.2 As operações SAAL	44
4. Proposta de Habitação Social para Albufeira	50
4.1. Apoio pela Câmara municipal de Albufeira	51
4.2. Memória Descritiva	51
4.2.1 Objectivos	51
4.2.2 Descrição	52
4.2.3 Conceito	60
4.2.3.1 Referencias	60
4.2.3.2 Base conceptual	62

4.2.4 Aproximação ao Método construtivo	64
4.2.5 Acessibilidades	65
5. Conclusão	66
6. Bibliografia	68
6.1 Referencias electrónicas	70

Anexos _ Peças técnicas

Peças desenhadas cedidas pela Câmara Municipal de Albufeira

- .Levantamento topográfico _ Estacionamento e envolvente a Norte do Mercado
- .Idem _ implantação da proposta da C.M.A

Proposta

00 Planta de Implantação

Bloco 1

- 01. Planta piso 0 ; piso 1
- 02. Planta piso 2 ; piso 3
- 03. Planta de cobertura ; Corte E_E´
- 04. Corte A_A´ ; Corte B_B´ ; Corte C_C´ ; Corte D_D´
- 05. Alçados

Bloco 2

- 06. Planta Piso 0
- 07. Planta Piso 1
- 08. Planta Piso 2
- 09. Planta Piso 3
- 10. Planta de Cobertura; Corte C_C´
- 11. Corte A_A´ ; Corte B_B´
- 12. Alçados

Bloco 3

- 13. Planta Piso 0 ; Piso 1
- 14. Planta piso 2 ; piso 3
- 15. Planta de Cobertura ; Corte E_E´ ; Corte D_D´
- 16. Corte A_A´ ; Alçado Principal
- 17. Alçado Posterior ; Alçado Lateral Direito; Alçado lateral Esquerdo
- 18. Alçado Principal Conjunto, Bloco 1 e bloco 2 ; Corte F_F´ ; Corte G_G´

Lista de Figuras

Figura 1 - Planta do Concelho de Albufeira (fonte: livro breve história sobre albufeira)

Figura 2 - Cidade Albufeira Atual (elaborado pelo autor)

Figura 3 - A vila de Albufeira em 1941(Fonte: livro breve história sobre albufeira)

Figura 4 - Vista aérea do castelo de Paderne e ponte de Origem romana (fonte: livro breve história sobre Albufeira)

Figura 5 Ponte Romana de Paderne (Fonte:
<http://nossoalgarve.blogspot.pt/2013/03/terras-do-nosso-algarve-paderne.html>)

Figura 6 - Casas brancas características e açoteias únicas (elaborado pelo autor)

Figura 7 - Chaminé Árabe (fotografia Sónia Gonçalves)

Figura 8 - Rua 5 de Outubro (elaborado pelo autor)

Figura 9 - Casa do século XVII (elaborado pelo autor)

Figura 10 - Planta de implantação (Google Earth)

Figura 11 - Planta tipo, dúplex (Fonte: Câmara Municipal de Albufeira)

Figura 12 - Claustro dos Quarteirões de habitação (elaborado pelo autor)

Figura 13 - Espaço Exterior (elaborado pelo autor)

Figura 14 - Fachada conjunto Habitacional (elaborado pelo autor)

Figura 15 - Planta de implantação, Bairro das estacas (Fonte:
<http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/01/os-bairros-sociais-no-porto-iv.html> ;
consultada pela ultima vez em 11/10/13)

Figura 16 - Edifício elevado sobre pilotis, Bairro das estacas (Fonte:
<http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/01/os-bairros-sociais-no-porto-iv.html> ;
consultada pela ultima vez em 11/10/13)

Figura 17- Proposta de reconstrução de Paris (Fonte: <http://www.oobject.com/9-utopian-architectural-projects/le-corbusier039s-utopian-plan-to-demolish-paris/8608/> ;
consultada pela ultima vez em 11/10/13)

Figura 18 - Unidade habitacional de Marselha (fonte:
<http://www.maisnet.net/2011/03/unidade-habitacional-de-marselha-le-corbusier/> ;
consultada pela ultima vez em 11/10/13)

Figura 19 - Terraço da Unidade habitacional (fonte:
<http://www.maisnet.net/2011/03/unidade-habitacional-de-marselha-le-corbusier/> ;
consultada pela ultima vez em 11/10/13)

Figura 20 - Planta e corte (dúplex)

Figura 21 - Transatlântico (fonte: <http://www.maisnet.net/2011/03/unidade-q-habitacional-de-marselha-le-corbusier/> ;
consultada pela ultima vez em 11/10/13)

Figura 22 - Esquisso (elaborado pelo autor)

Figura 23 - Alçado da habitação social de Iquique(fase inicial / Futura Ampliação. (elaborado pelo autor)

Figura 24 - Planta piso 0 (elaborado pelo autor)

Figura 25 - Planta do piso 1(elaborado pelo autor)

Figura 26 - planta do piso 2 (elaborado pelo autor)

Figura 27 - Planta de implantação (Google earth)

Figura 28 - Perspectiva entre os blocos (elaborado pelo autor)

Figura 29 - Rua da Bouça / linha do metro (elaborado pelo autor)

Figura 30 - Entrada principal das habitações (elaborado pelo autor)

Figura 31 - Espaços de passagem (elaborado pelo autor)

Figura 32 - Espaços de passagem entre os blocos (elaborado pelo autor)

Figura 33 - Planta tipo dúplex (piso 0 e 1) (elaborado pelo autor)

Figura 34 - Planta tipo dúplex (piso 2 e 3) (elaborado pelo autor)

Figura 35 - Cartaz alusivo aos movimentos dos moradores (fonte: http://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portugueses.html ; consultada pela ultima vez em 16/9/13)

Figura 36 - Futuros moradores na participação do projecto (fonte: http://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portugueses.html ; consultada pela ultima vez em 16/9/13)

Figura 37- Existente(impressão original das peças que compõem esta figura podem consultadas à escala no anexo X, Desenho)(Fonte: Câmara municipal de Albufeira)

Figura 38- Proposta(impressão original das peças que compõem esta figura podem consultadas à escala no anexo X, Desenho--) (Fonte: Câmara municipal de Albufeira)

Figura 39 - Limite da cidade de Albufeira (fornecido pela disciplina de projeto do 4ºano)

Figura 40 - Planta de implantação (Google Earth)

Figura 41-Vista para o mercado Municipal (Elaborado pelo autor)

Figura 42-Vista sobre os Edifícios paralelos à proposta (Elaborado pelo autor)

Figura 43-Edifício existente virado sobre a rua Figueira (Elaborado pelo autor)

Figura 44 - Perspectiva Volumetrica da envolvente (elaborado pelo autor)

Figura 45 - Localização Existente (Planta Google Earth com inversão do autor)

Figura 46 - Corte esquemático (elaborado pelo autor)

Figura 47 - Proposta de planta de implantação (Planta Google Earth com inversão do autor)

Figura 48 - A : Bloco 1 constituído por: oito T1; onze T2; quatro T3 e dois T4; total = 23 fogos / B: Bloco 2 constituído por: quatro T1; cinco T2 e dois T3; total = 11 fogos / C: Bloco 2 constituído por: quadro T1; seis T2; dois T3 e quadro T4; total = 14 fogos (elaborado pelo autor)

Figura 49 - Esquissos das células Habitacionais (elaborado pelo autor)

Figura 50 - Esquissos (elaborado pelo autor)

Figura 51 - Exemplo, tipologia T1 (elaborado pelo autor)

Figura 52 - Exemplo, tipologia T2, dúplex (elaborado pelo autor)

Figura 53 - Exemplo, tipologia T3, dúplex (elaborado pelo autor)

Figura 54 - Exemplo, tipologia T4, dúplex (elaborado pelo autor)

Figura 55 - Ampliação tipológica (elaborado pelo autor)

Figura 56 - Representação da parede flexível (elaborado pelo autor)

Figura 57 - Convento das Bernardas de Lisboa (Fonte: IGeoE)

Figura 58 - Esquema explicativo da forma (elaborado pelo autor)

Figura 59 - Processo Formal (elaborado pelo autor)

Figura 60 - Esquissos explicativos dos pisos 1, 2 e 3 assentes sobre rocha (elaborado pelo autor)

Figura 61 - Esquema dos blocos de habitação (elaborado pelo autor)

Lista de Tabelas

Tabela 1 - intervenções em 1974 (Fonte: Livro Branco do SAAL .1976)

Tabela 2 - intervenções em 1975 (Fonte: Livro Branco do SAAL .1976)

Tabela 3 - intervenções em 1976 (Fonte: Livro Branco do SAAL .1976)

Tabela 4 - intervenções totais (Fonte: Livro Branco do SAAL .1976)

Lista de Acrónimos

GRP	Gabinete de Relações Públicas
UBI	Universidade da Beira Interior
INH	Instituto Nacional de Habitação
CMA	Câmara Municipal de Albufeira
CIAM	Congresso internacional da Arquitetura Moderna
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
IHRU	Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana
CDH	Contrato Desenvolvimento Habitacional
REGEU	Regulamento Geral de Edificações Urbanas

1 Introdução

1.1 Objectivos

O principal objectivo da presente investigação passa por compreender a importância e o impacto da habitação social no século XX / XXI, tanto a nível nacional como internacional. Através do estudo das características modernas da habitação e ainda com o apoio da análise crítica de projetos impactantes como as “Bouças no Porto” de Álvaro Siza, “unidade de habitação de Marselha” de Le Corbusier e “habitação social em Iquique” de Alejandro Aravena.

Será igualmente elaborada uma reflexão crítica sobre a habitação a custos controlados na contemporaneidade de forma a realizar um enquadramento teórico da temática em análise, definindo estratégias e conceitos a aplicar. De igual modo será também abordada através de breves apontamentos a casa no movimento Moderno. Assim, pretende-se, utilizar esta metodologia específica como meio de elaborar uma base teórica de sustentação a aplicar num projeto de arquitectura, em Albufeira, para as camadas de população mais desfavorecidas e jovens.

Esta dissertação é fruto de um trabalho realizado com base nos interesses da cidade de Albufeira e da sua população tendo sido realizado com base nas premissas sugeridas pela CMA. Através do terreno proposto pela Câmara Municipal de Albufeira à Habitação Social, será lançado em concurso com esta dissertação um conjunto de medidas projetais que sejam capazes de contribuir para uma melhoria na condição de vida das populações mais carenciadas, servindo assim como base teórica e suporte para a elaboração do programa e do caderno do futuro lançamento pela câmara de Albufeira.

1.2 Metodologia

A presente investigação foi realizada através de um estudo desenvolvido a partir de três tarefas, numa primeira abordagem foi efectuada uma pesquisa em arquivos e bibliotecas permitindo reunir a informação relativa às diversas áreas disciplinares, permitindo uma visão abrangente do tema em questão. A segunda tarefa, consistiu à análise “in situ” do conjunto habitacional da Bouça no Porto. Esta análise foi essencial permitindo um conhecimento amplo, sensorial, sobretudo visual aprofundado. Deste modo, foram realizadas várias visitas ao local às quais foram acrescidas visitas à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (obra igualmente da autoria de Siza Vieira) e sobretudo à sua biblioteca para a obtenção de informação teórica. Por fim a terceira tarefa, concretizou-se na obtenção de documentação específica e recolha de informação sobre o local a intervir, através de várias reuniões com a Câmara Municipal de Albufeira para a obtenção da mesma.

2.Contextualização do Local

pleaseAlbufeira
regeneraçãohabitacional
Arch.go



2.1. Aspectos de Geográfica e Clima



Fig. 1 - Planta do Concelho de Albufeira



Fig. 2 - Cidade Albufeira Atual

Albufeira situa-se no Algarve, num concelho formado por cinco freguesias: Albufeira, Guia, Paderne, Ferreiras e Olhos de Água.

À semelhança das antigas povoações ribeirinhas do Mediterrâneo, Albufeira foi edificada no topo de um monte, onde as populações dispunham de melhores condições de segurança. ¹

Ocupa cerca de 64km² dos 148km² que constituem a área concelho.

O relevo possui características muito irregulares, relacionadas com a variedade geológica e os vários cursos de água existentes e uma zona morfológica acidentada, em que cerros e pequenos vales se intercalam.

Do ponto de vista geológico, engloba grande diversidade de composições. Apresenta calcários margosos, margas, e arenitos a sudoeste, junto ao mar, formando uma extensão aproximada de 600m. ²

A cidade assenta em rochas escarpadas, sendo o terreno deste concelho montuoso, revestido de rochedos e menos fértil, do que a maior parte do Algarve.

As camadas marno-calcário, que surgem com os calcários, nos arredores de Albufeira produzem o tradicional barro compacto, que tem sido utilizado para paredes de mescla e para fabrico de telhas e tijolos.

O clima algarvio tem características mediterrânicas, verões quentes e secos e invernos com uma pluviosidade reduzida. A temperatura média anual é de cerca de 17,5°C, a temperatura máxima média é de aproximadamente 21,5°C, a média das temperaturas mínimas ronda os 13°C. Porém a temperatura máxima absoluta pode

¹ Nobre, Idalina Nunes; Breve Historia de Albufeira, Câmara Municipal de Albufeira, 1995. P. 11

² Idem. P.51



Fig. 3 - A vila de Albufeira em 1941

atingir os 40°C nos meses de Verão e a mínima absoluta pode alcançar os 0°C nos meses de inverno.³

2.2. Aspectos Demográficos

A evolução do concelho de Albufeira, no século XX apresenta, do ponto de vista demográfico, três fases distintas, uma de crescimento que se prolongou até à década de 50, a que se seguiu um decréscimo populacional até 1970, onde existiu um novo aumento do número de habitantes entre os últimos recenseamentos efectuados.⁴

Nas primeiras décadas do século XX a população do concelho cresceu muito lentamente, devido à mudança de regime, a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial e as epidemias, provocaram uma retração na taxa de natalidade.

Nos finais da 1ª República nota-se uma tendência acentuada para o abandono dos campos e o recurso à emigração, especialmente para a América do Sul.

Nas décadas de 30 e 40 a população continua a crescer. Contudo entre 1940 e 1950 verifica-se uma estagnação deste crescimento.

Após 1950 a população começa a baixar significativamente, devido ao desencadear do fluxo migratório registado no país, e particularmente no Algarve, contudo é na década de 60 que o fenómeno atinge proporções consideráveis.

As principais consequências demográficas, do fenómeno para o concelho foram a perda da população nas três freguesias, com especial relevo para Paderne assim como baixa densidade populacional, diminuição do peso das camadas etárias mais jovens, aumento das camadas

³ Ibidem. p.11

⁴ Ibidem. p.51



Fig.4 - Vista aérea do castelo de Paderne e ponte de Origem romana

etárias mais envelhecidas e o aumento da população feminina relativamente à masculina. No último período intercensitário aumenta a população considerada no intervalo entre os 20 anos e os 59 anos.

As causas para este fenómeno estão intimamente relacionadas com o regresso a Portugal dos residentes nas ex-colónias e com o regresso de muitos emigrantes.

Albufeira tem funcionado, nas duas últimas décadas como pólo atractivo para muita gente em busca de melhores condições de vida.

Com o súbito desenvolvimento turístico desenvolveu-se uma rápida valorização dos edifícios existentes e dos terrenos para construção, principalmente no interior da cidade. A remodelação de Albufeira tem, em parte, tentado conservar o tipicismo como é o caso das casas caiadas.

Por necessidade a cidade teve de se apetrechar de infra-estruturas adequadas. Progressivo é o número de bancos, agências de viagem, restaurantes, bares, lojas e centros comerciais. O crescimento foi notável e não parou mais até a data. Os empreendimentos turísticos são cada vez em maior número oferecendo assim uma multiplicidade de postos de trabalho.

Tem sido visível, nos últimos anos, a melhoria das condições de vida da população em geral, onde o turismo assume um carácter para constituir uma atividade básica no concelho.⁵

⁵ Nobre, Idalina Nunes; Breve Historia de Albufeira, Câmara Municipal de Albufeira, 1995. p.52

2.3. Contextualização Histórica

2.3.1 Presença Romana



Fig.5 - Ponte Romana de Paderne

A partir do ano 200 a.C. os Romanos ocuparam a Península Ibérica. Albufeira teve neste período a designação de “Baltun”.

A presença romana manifestou-se por uma profunda transformação dos modos de vida. Os Romanos eram culturalmente mais avançados pelo que criaram uma verdadeira revolução na organização social, económica e política do território peninsular.

Estes introduziram uma organização administrativa centralizada e desenvolveram uma intensa actividade agrícola e comercial.⁶

Ao povoamento das colinas, sucederam-se as vilas rústicas, isto é, quintas nas terras baixas para a produção agrícola.

Os vales e as planícies começam a ser cultivadas, mediante a utilização do arado de madeira e desenvolveram o cultivo de determinadas culturas, tais como: o trigo, a vinha, a oliveira e as árvores de fruto. Em suma, com grande avanço tecnológico, divulgaram diversas técnicas de aproveitamento dos recursos naturais. Construíram aquedutos, estradas e pontes dos quais ainda hoje existem vestígios, como é o caso de uma ponte de origem romana em Paderne e outra na Guia, o que evidencia o desenvolvimento agrícola e comercial da zona.

O comércio foi impulsionado com a circulação de moeda e com o estabelecimento de novos lugares de trocas comerciais.

Com a decadência do Imperio Romano, o poder dos Itálicos é posto em causa pelas invasões bárbaras. Entre os invasores, os visigodos, introduzem alterações significativas na estrutura

⁶ Idem. p.16



Fig.6-Casas brancas características e açoteias únicas



Fig.7-Chaminé Árabe

administrativa, sem no entanto alterar a organização económica desenvolvida com a romanização e as características do povoamento.⁷ A “vila” dá lugar à “freguesia” visigótica, consequência do ascendente religioso do “pároco”(chefe das comunidades cristãs), na organização social. O Território passa a estar organizado em “freguesias”, coincidindo geograficamente com a vila romana, na maioria dos casos.

2.3.2 Presença Árabe

Albufeira foi tomada em 716 pelos Árabes que ali permaneceram durante mais de cinco séculos. Durante o domínio Árabe, Albufeira tomou a designação de “Al-buhera”, com um significado de castelo do mar, ligada à existência de uma lagoa formada pelas águas que o oceano lançava para o interior da vila, durante os temporais ou nas grandes marés. Daquela palavra árabe derivou o atual termo - Albufeira.

A presença árabe trouxe grande prosperidade à povoação. O desenvolvimento da agricultura foi notável com a introdução de novas técnicas e de novas culturas. Os Árabes usavam já a charrua com relha e alveca, e utilizavam novos sistemas de rega nos campos. As principais culturas introduzidas foram a laranjeira, limoeiro, o damasqueiro, amoreira e o arroz.

Albufeira tornou-se num importante porto comercial com as trocas realizadas com o Norte de África.

A herança que os Árabes deixaram foi importante, embora se tenha diluído ao longo dos tempos, sendo ainda identificável a nível arquitectónico, chaminés, casas brancas com janelas características e açoteias únicas que são, ainda

⁷ Nobre, Idalina Nunes; Breve Historia de Albufeira, Câmara Municipal de Albufeira, 1995. p.18



Fig. 8-Rua 5 de Outubro



Fig. 9- Casa do século XVII

hoje, um ponto de referência e legado desta cultura.

2.3.4 Presença contemporânea: Focos de desenvolvimento Urbanísticos

A história urbanística da cidade, permite a união de vários estilos arquitectónicos, embora atualmente já muito adulterados, surgidos ao longo de vários séculos. No entanto, as sucessivas reconstruções, deram origem a imóveis híbridos e de difícil identificação.

No início do século XX foram efectuadas alguns melhoramentos na cidade. Em 1914, foi construído um cano em alvenaria, desde a cadeia até à praia, com vista a canalizar os despejos.

A Rua 5 de Outubro merece igualmente alguma atenção, não só como local onde o comércio permaneceu e continua a estar muito ativo, mas também porque concentra grande parte do casario oitocentista da cidade. A rua 5 de Outubro apresenta um conjunto arquitectónico muito coerente e de volumetria significativa, os edifícios entre um e dois pisos, na maioria de fachadas decoradas, representando o grande prestígio dos seus antigos proprietários.

Algumas fachadas encontram-se revestidas de azulejaria e com elaboradas sacadas de ferro forjado e Platibandas decoradas com os mais diversos motivos, rematam algumas edificações.

Nesta Rua destaca-se uma casa do século XVII que pertenceu ao primeiro Visconde da Orada, António Pedro de Mendonça Corte Real.

Esta é uma casa brasonada cuja fachada principal se estende por um longo troço da Rua 5 de Outubro, como que exercendo um domínio relativamente ao restante casario. O portal, as sacadas em ferro forjado e as molduras nos vãos são alguns dos elementos mais notáveis, ainda visíveis nesta edificação.

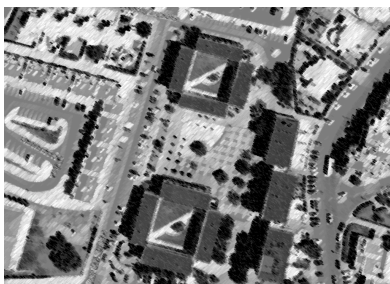


Fig.10- Planta de implantação

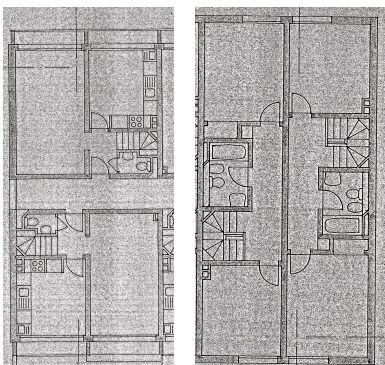


Fig.11- Planta tipo, duplex

Situada numa meia encosta com fraco declive, a zona onde está implantada a Ermida de Santana apresenta um conjunto arquitectónico formado por edifícios antigos de inegável valor arquitectónico.

Finalmente, merece referência a zona do Rossio, espaço urbano localizado a Poente da Cidade, numa encosta virada a Sul. No início do século ainda havia no Rossio terrenos de uso publico utilizados pelos moradores para apascento do gato e como lixeira, apesar da existência no local de um bairro recém construído. A 2 de Setembro 1914 a Câmara Municipal manda levantar toda a lixeira do Rossio assim como uma outra existente na praia. Atualmente trata-se de uma zona habitacional com uma arquitetura de tipo popular, com predominância de edifícios térreos, decorados com platibandas e cantarias nas portas e janelas.

2.4. Enquadramento da habitação Social

2.4.1. Habitação Social de Albufeira

Miniquarteirões habitados e de referência em Albufeira | 6ºano, prémio do Instituto Nacional de Habitação (INH).

Albufeira, Quinta da Palmeira, 112 Fogos:

_Projetista Coordenador: Arq.º José Lopes da Costa, Arqº Paisagista José Brito

_Promotor: Cooperativa Habijovem/Algarve-Habitação e construção C.R.L

_Construtor: Construtora Abrantiva, S.A

Os miniquarteirões da quinta da palmeira, em Albufeira, foram nomeados pelo o premio INH no 6ºano e constitui um conjunto de referencia que permite estabelecer referências e retirar



Fig. 12- Claustro dos Quarteirões de habitação



Fig. 13- Espaço Exterior



Fig. 14- Fachada conjunto Habitacional

conclusões durante a elaboração desta dissertação.

Inicialmente houve o desafio e o empenho de substituir uma ideia inicial, já aprovada, mas sem qualidade urbana, por uma estrutura com movimento de veículos, e no entanto perfeitamente funcional.⁸ Este projecto caracteriza-se pelo seu sucesso no desenvolvimento de pequenas unidades de vizinhança atraentes, representativas e agradavelmente ligadas aos espaços domésticos, que constituem a razão da forma dos pequenos quarteirões centrados.

Pode-se referir que existe uma aprofundada investigação tipológica que produziu económicas soluções em dúplex, a nível de custos financeiros de obra.

Neste projeto destaca-se o aproveitamento do espaço existente, sublinha-se a qualidade da intervenção paisagística, devido à manutenção de árvores preexistentes. Os habitantes de todo o conjunto habitacional revelam que existe um excelente convívio, tanto nos claustros, como a nível exterior de toda habitação, onde as crianças podem brincar livremente sem qualquer tipo de problema.

Um dos aspectos negativos do conjunto habitacional, foi a área excessiva de zonas comerciais, por exigências urbanísticas. De facto, permaneceram vazias durante alguns anos, provocando assim algum desequilíbrio financeiro no que diz respeito à promoção da habitação, para além de não proporcionar o contacto social inicialmente desejado. Neste momento algumas das áreas comerciais, estão ocupadas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e Segurança social

⁸ Coelho, António Baptista; Habitação de interesse Social em Portugal; Livros Horizonte;2005.p.88

2.4.2 Acompanhamento dos agregados familiares residentes vs Habitação Social

O acompanhamento às famílias realojadas tem como objectivo ser a base complementar para a melhoria das suas condições de habitabilidade, de qualidade e de integração social, assim como verificar condições de conservação e salubridade dos imóveis como integração, valorização dos moradores, atendendo às suas necessidades específicas no que respeita à educação, emprego, saúde, ambiente, cultura e relações de vizinhança. “Assim, de forma informal, desenvolvem-se as seguintes ações, por forma a promover a intervenção do serviço social junto das famílias residentes:

_Orientação de cuidados de higiene corporal / habitacional;

_Formação das competências parentais;

_Administração de recursos;

_Indicação sobre os cuidados com a alimentação;

_Gestão de conflitos;

_Encaminhamento para emprego.

Como objectivos destas acções pretende-se:

_Melhorar a qualidade de vida do agregado;

_Alterar os hábitos e modos de vida;

_Promover uma responsabilização familiar;

-Sensibilizar para os cuidados básicos;

_Modificar os hábitos alimentares;

_Aumentar e melhorar a informação sobre os serviços

_disponíveis nomeadamente ao nível da saúde;

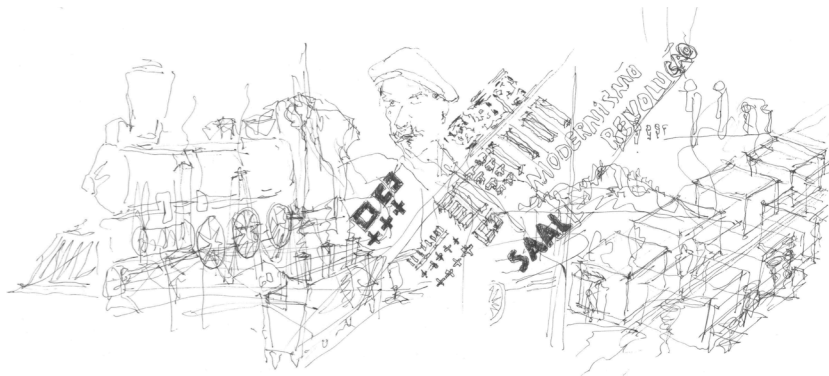
_Motivar para a integração no mercado de trabalho;”⁹

Na continuação desta intervenção a Câmara Municipal de Albufeira propôs um projeto designado por “ Encontros”, onde alguns inquilinos têm a oportunidade de esclarecer e debater vários assuntos, como saúde, segurança pessoal e habitacional, alimentação, higiene pessoal e habitacional, gestão orçamental, permitindo assim um maior contacto e comunicação dos problemas existentes por um lado e aumentado a auto-estima de cada um dos intervenientes por outro.



⁹http://www.cm-albufeira.pt/portal_autarquico/albufeira/v_pt-PT/menu_munice/servicos_municipais/Assuntos_Sociais/Habitacao/Habita%C3%A7%C3%A3o+Social/ (consultado pela ultima vez em 29/05/2013)

3. Habitação Social no século XX|XXI



Através do rápido desenvolvimento tecnológico, mobilidade urbana, mudanças de paradigmas sociais, relações entre pessoas e das novas carências na situação atual, é necessário por parte da Arquitetura propostas inovadoras para a adaptação à realidade contemporânea e atual.

Para compreender a atual situação da habitação social é necessário retroceder no tempo e fazer uma “viagem” pela História da Arquitetura desde o momento em que este tipo de habitação passou a ser solicitado. Pretende-se perceber o caminho percorrido, a evolução dos modelos e das tipologias e a capacidade de resposta da Arquitetura à sociedade em momentos específicos, para compreender que continuidades e inovações nos apresentam as propostas atuais. Não se pretende contar a história detalhada da habitação social, mas sim mostrar os contextos sociais, as características gerais e os exemplos mais significativos do percurso da habitação de interesse social que, de alguma, forma se refletem a habitação a custos controlados nos dias de hoje.

A habitação social surge, durante a Revolução Industrial, numa época marcante da evolução do mundo ocidental, o que proporcionou mudanças em várias vertentes da sociedade. Deste modo a mecanização dos processos de produção provocou o abandono rural e um crescimento demográfico, provocando assim um descontrolado crescimento urbano que se apresenta demasiado denso.

No ajuste das cidades às exigências da produção e do consumo, a malha urbana requer a abertura de grandes vias de comunicação, o que foi aplicado pelo urbanismo moderno, não só para compensar este ambiente mecanizado, mas também para resolver os problemas de densidade e higiene, através do zonamento (que mais tarde tanto Le Corbusier como a carta de Atenas levaram ao extremo).

As consequências arrasadoras da 1ª Guerra Mundial, fizeram com que a carência habitacional provocada pela Revolução Industrial, transformasse a questão habitacional num grande tema do movimento Moderno, propondo assim uma reforma estética e um estilo Internacional que triunfaria em todo o mundo durante os anos cinquenta. “A «Arquitetura Moderna» passou a ser aceite pela maior parte dos governos nacionais, bem como pelas maiores companhias internacionais, e foi fortemente amputado do seu idealismo social”¹⁰

3.1. Características modernas da habitação social nos anos 50 do séc. XX | XXI

Inicialmente os anos 50 do séc. XX ficaram marcados pela utilização firme dos ideais modernos e pelo papel social do arquiteto ao serviço de toda a comunidade, como forte melhoramento na qualidade de vida da população. A arquitetura moderna afirmou-se em Portugal numa fase já tardia do Movimento. Não houve uma ruptura súbita com os modelos tradicionais, e por motivos particulares da nossa arquitetura e do nosso contexto, os conceitos modernos foram mais do que adoptados, adaptados e reinterpretados pela arquitetura portuguesa.

Ao Criar o modelo moderno abandonam-se os conceitos urbanos tradicionais e o bloco de habitação colectiva, em altura, passa a ser entendido como unidade autónoma no conjunto de cidade implantando-se livremente no solo.

Os quarteirões fechados são substituídos por blocos de habitação colectiva isolados, em

¹⁰ Jencks, Charles; Movimentos Modernos em Arquitectura, Arquitectura & Urbanismo, 1985. pag, 43

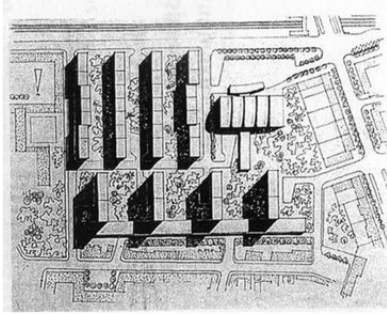


Fig. 15- Planta de implantação, Bairro das estacas



Fig. 16- Edifício elevado sobre pilotis, Bairro das estacas

“barra”, que anulam o conceito de pátio interior e de traseiras abrindo o espaço à cidade, fazendo desaparecer a rua tradicional que separava os quarteirões. Deste modo, nos anos 50 do séc. XX a relação dos edifícios com o solo é radicalmente alterada e os espaços comuns ganham uma importância inovadora, os edifícios elevam-se sobre pilotis e libertam o solo para que o verde integre o próprio edifício.

O Bairro das Estacas, projecto de Ruy Athouguia e Sebastião Formosinho Sanches, 1952, salienta-se por ter utilizado pela primeira vez em Portugal este conceito, onde os edifícios em barra se implantam paralelamente entre si, abrindo o espaço do pátio (que deixa de ser pátio e ganha protagonismo como espaço público e verde) à cidade.

Nos anos 50 do séc. XX, os espaços exteriores apresentam um desenho cuidado, os percursos pedonais desenham-se livremente no terreno separados das vias de trânsito e geram-se áreas de forte carácter público, alterando a percepção espacial da malha urbana.

A nível estrutural houve uma grande preocupação, também de influência modernista, em estabelecer uma métrica.

As distâncias entre os pilares regem o dimensionamento dos fogos, desenhados em unidades modelares, e marcam a métrica rítmica das fachadas, onde se lê com grande clareza a expressividade dos sistemas construtivos. É ainda a forma mais eficaz de economizar meios de construção, permitindo recorrer à produção de elementos em série.

A racionalização é pensada ao pormenor, desde o mobiliário de cozinha aos roupeiros, o que permitem minimizar o espaço e torná-lo funcional. Adaptam-se os materiais modernos

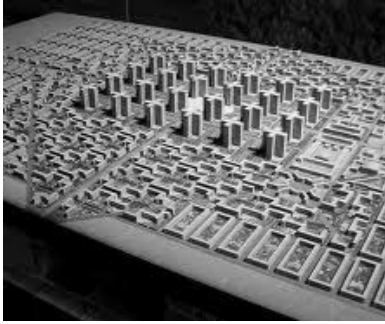


Fig. 17- Proposta de reconstrução de Paris

(betão, ferro e vidro), que se juntam aos materiais tradicionais (azulejo e pastilha de vidro, grelhas de tijolo na fachada). Numa interessante integração do moderno com o tradicional da qual resultam conjuntos com grande valor plástico plenos de textura e cor.

No início dos anos 50 do séc. XX, a habitação colectiva é entendida como um objecto repetível que define a cidade e é nos novos bairros que se alcança a imagem da cidade contemporânea. Muitas vezes adaptados ao terreno ou às contingências da envolvente, os novos edifícios modernos marcam a ruptura com conceitos tradicionais de implantação e de relação com o solo, sem nunca romperem totalmente com a cidade tradicional, devido às fortes características e relações entre espaços com própria cidade tradicional.

Cabe ainda salientar uma outra inovação fundamental que existiu nos anos 50: a organização do fogo em duplex - opção associada à distribuição em galeria - que permite diferenciar a zona comum privada (sala e cozinha situada no piso inferior e os quartos no superior). As soluções pretendem assim ser funcionais, com a privilégio de uma nova relação entre interior e o exterior.

A sala passa a ser o espaço central da casa e torna-se no elemento de articulação entre os restantes compartimentos da habitação. Este espaço de estar e de refeições, aproxima-se funcionalmente da cozinha que, juntamente com a lavandaria, é alvo de estudos pormenorizados a fim de reduzir as suas áreas e surgem os “passa pratos”, aberturas entre a cozinha e a sala que facilitam os movimentos entre espaços.



Fig.18- Unidade habitacional de
Marselha



Fig.19- Terraço da Unidade
habitacional

3.1.1 Contributos de Le Corbusier no contexto da habitação social

Para Le Corbusier, a habitação deveria ser construída em larga escala, devendo prever todos os equipamentos e serviços necessários à vida dos moradores. Esses equipamentos seriam como um aumento da habitação exercendo as funções complementares à moradia.

As “Unités d’habitation” são definidas por Le Corbusier como grandes edifícios modulares, e surgiram durante a década de 1940 no contexto do processo de reconstrução da França, após a Segunda Guerra Mundial. São edifícios com mais de dez pisos e centenas de células habitacionais, suspensos sobre pilotis, com terraços-jardins, zonas comerciais, equipamentos de serviço e lazer, implantados com a função de criar um único modelo auto-suficiente. Le Corbusier apoiou-se na ideia de unidade habitacional autónoma do *phalanstère* de Fourier - uma comuna de extensão variável do século XIX, que determinaria o seu próprio colectivo - e idealizou uma cidade feita dessas unidades.

Para entendermos a inversão da ideia tradicional, basta pensar no recorrente tema utópico de uma comunidade pequena e isolada, longe da confusão da cidade. O que Le Corbusier realmente queria, era alojar os quatro milhões de famílias francesas que tinham ficado sem casa durante a guerra, numa série de unidades interrelacionadas, que se espalhariam por toda a França e, o que era mais importante, evitariam a proliferação da paisagem suburbana.

A par desta inversão das utopias tradicionais, a sua principal intenção social era, de certo modo, paradoxal. E que consiste em elevar a vida familiar, a quotidiana vida domestica do lar, ao nível do monumento público.

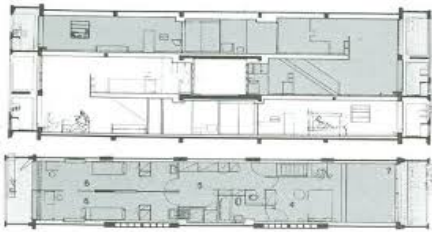


Fig.20- Planta e corte(dúplex)



Fig.21- Transatlântico

3.1.2 Unidade habitacional de Marselha

A primeira e mais famosa unidade de habitação implantada, foi a da cidade de Marselha. Neste projecto Le Corbusier procurou aliviar a enorme falta de habitação decorrente do período pós-guerra na França. A sua construção foi iniciada em 1951, logo após a segunda Guerra Mundial, e abrigou 1600 habitantes em 340 apartamentos, equivale apartamentos, equivalendo a uma edificação com 15 andares, 55m de altura, 100m de comprimento e 30m de largura, destacando-se pela sua horizontalidade.¹¹

Toda a unidade habitacional foi pensada como um único modelo auto-suficiente, funcionando como um “grande navio” transatlântico, além dos 340 apartamentos, possui ainda na cobertura, uma creche, um ginásio, uma piscina e uma pista de corrida, no 7º piso encontra-se a zona comercial e um hotel.

Os apartamentos são duplex e possuem aberturas nas duas faces, permitindo a ventilação cruzada, de modo a existir uma constante renovação de ar. Le Corbusier estudou a incidência dos raios solares ao longo do dia nas fachadas da edificação, permitindo projetar dispositivos de controle térmico e de iluminação, que ficou conhecido como ‘*brise-soleils*.’

¹¹ Charles Jencks; Movimentos Modernos em Arquitectura, Arquitectura & Urbanismo, 1985, pag, 19

3.2. Breves apontamentos sobre a casa no Movimento Moderno

Todo o reconhecimento dado ao Movimento foi sobretudo pela sua natureza ética pois tratava-se de responder a uma profunda transformação demográfica e social capaz de quebrar as anteriores estruturas e condições de vida de grandes massas humanas, onde William Morris, pertencente do movimento *Arts and Crafts*, associado à *revolução Industrial*, estabeleceu o primeiro corpo de doutrina, não segundo um conceito de estilos, mas a partir da reivindicação de uma casa de novo conteúdo destinada às massas proletarizadas pela civilização industrial.

A casa foi precisamente o motivo de ligação na obra de Frank Lloyd Wright (não propriamente a habitação social no sentido europeu mas com outros recursos). A contribuição do mestre de Taliesin, atravessando as três épocas do Movimento Moderno, afectou o conceito de habitar a nível formal, no espaço interno e no seu modo de se inserir na natureza. Assim o *“edifício não é mais um bloco de materiais de construção que se tratam artificialmente por foram como a escultura.*

*O ambiente interno, o espaço dentro do qual se vive é o grande facto do edifício - ambiente que deve ser expresso exteriormente como espaço envolvente. Este sentido do ambiente interno...é o pensamento avançado de uma nova era em arquitectura que procura agora uma expressão exterior própria para obter uma arquitectura integral”*¹².

Mas a metodologia que para Wright era o desenvolvimento da tradição norte-americana do habitar em termos modernos não encontraria eco

¹² Portas, Nuno; Habitação Social, Proposta para a metodologia da sua arquitectura, FAUP publicações2004.pag60

no movimento europeu, alimentado por critérios e formas culturais substancialmente diferentes. Pelos resultados da sua obra exemplar, podemos hoje compreender que a realidade integrante de uma pessoa como, por maioria de razão, de uma família, gera uma figura espacial complexa porque dotada de uma liberdade e de uma dinâmica dificilmente comportáveis num volume estritamente determinado pelas funções mecânicas que nele se desenrolam. Esta gênese espacial traduz em plantas de desenvolvimento ortogonal, triangular, hexagonal, circular ou misto., onde o fio condutor não é uma “forma”, mas um modo de sentir e tratar o espaço interno. Progressivamente a atenção foi dirigida para o imóvel em altura que viria a ter a sua expressão máxima no plano da *Unité de habitation de le Corbusier*, construído em pleno pós-guerra.

No entanto, as suas preocupações pelos valores individuais e pelas necessidades da organização colectiva ambicionavam desta forma, pela primeira vez, um estádio de síntese: os fogos, pensados dentro do clássico esquema funcionalista da moradia, o dúplex que se agrupava com intensidade pela transposição para um esquema vertical da solução em linha, já experimentada junto ao solo, somada a um equipamento colectivo no qual as necessidades de vida urbana atual são indispensáveis.

A célula estreita-se e apresenta-se como esquema ideal, nomeadamente na sua forma dúplex, precisamente aquela que melhor representa a nítida separação das funções espaciais (comuns, individuais).

“O desenvolvimento da relação, equipamento colectivo / vida Social, da unidade viria, com efeito, tomar um lugar dominante no evoluir do movimento. Necessitava de uma correspondência estrutural; só uma forte consciência comunitária encarnada pelo movimento cooperativo poderia

permitir a primeira unidade de habitação estruturalmente orgânica: a “colektivhaus” de Stockholm, desenhada em 1934 por Sven Markelius.”¹³

O elevado número de mulheres que não trabalhava e cuidava das atividades domésticas conduziu à previsão de todo um conjunto de serviços auxiliares, sempre em regime cooperativo, dirigido à vigilância das crianças, ao tratamento das roupas, à preparação das refeições e ao convívio.

O Movimento Moderno possui várias vertentes e como tal é possível encontrar várias soluções com base em preocupações idênticas, como por exemplo os congressos internacionais de Arquitectura Moderna.

Os congressos internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM) dedicaram-se aos problemas do habitat, quatro anos após ao primeiro congresso, que foi fundado em 1929, o congresso lança a Carta de Atenas, onde fez parte da primeira codificação do pensamento urbanístico europeu. O CIAM contribuído assim para alteração de diversos rumos na reconstrução, com novas sugestões das ciências.

Mas um dos pontos centrais da recuperação operada nos anos 30 foi a relação da casa como o espaço exterior, entendido inicialmente num sentido naturalista, paisagístico e, depois já no pós-guerra, estendido a uma noção de espaço social.

Alguns anos mais tarde, em 1936, Alvar Aalto, deu continuidade à experiência e ao princípio da integração da casa no relevo natural, projetou os conjuntos habitacionais de Sunila e Kauttua, encostando as casas ao declive por forma a obter terraços sucessivos.

¹³ Portas, Nuno; Habitação Social, Proposta para a metodologia da sua arquitectura, FAUP publicações 2004.pag69

Através de Aalto a metodologia racional libertou-se de dogmas formais, a situação particular comanda e exige a solução “original”, a casa reconquistou uma união e uma continuidade com o ambiente exterior que constitui um ponto fundamental do Organicismo/Funcionalismo definido por Frank Lloyd Wright.

À nova noção de espaço, que começava a delinear-se, sobre o espírito anterior faltava a reintegração de uma dimensão social após essa conquista do ambiente natural. A realidade preexistente, efetivamente, não era apenas de natureza paisagística ou climática, mas sim humana.

“E assim como o bloco de construção não podia ser indiferentemente oposto ao ambiente como radical afirmação dos novos valores, também as imagens arquitectónicas das novas relações ou formas sociais as não poderiam moldar com realismo sem assumir o passado das populações a que se dirigem, sem filtrar os valores que subsistem apesar de tudo na ganga das alienações de uma sociedade estabelecida.”¹⁴

3.3 A Habitação a custos controlados na contemporaneidade

Nos dias de hoje a necessidade de apoio para a habitação social é tanta, que a designação de ‘habitação social’ é ultrapassada, surgindo ‘habitação a custos controlados’ que é o termo para uma habitação livre de estigmas sociais, ao alcance de todos os que dela precisam, mais justa e responsável.

As novas propostas e soluções por parte da Arquitetura, atualmente são fundamentais devido às diversas realidades urbanas e sociais. As novas propostas e soluções sociais tem vindo a ser

¹⁴ Portas, Nuno; Habitação Social, Proposta para a metodologia da sua arquitectura, FAUP publicações2004.pag65

estudadas e experimentas, com vista à resolução das carências habitacionais e de problemas urbanos muito distintos, onde cada uma dos quais implica uma solução particular. Os arquitetos, que durante as ultimas décadas foram levados a dar resposta aos programas de habitação colectiva, renovando a atualidade e a importância de um tema que esteve em segundo plano nas ultimas décadas, permite refletir sobre as novas problemáticas atuais, desde a escala do fogo à escala da cidade.¹⁵

Nos dias de hoje o arquiteto deve repensar os tipos e formas de agregação das habitações, existe um poder de enriquecimento nos programas colectivos, através de espaços comuns: a esfera privada ganhou uma importância excessiva e é necessário retomar a escala das pequenas comunidades, integrando diversos programas e serviços nos edifícios.¹⁶

A habitação social na contemporaneidade deve ser interpretada como um desafio de reflexão sobre os problemas existentes e propor soluções adequadas.

3.3.1 Habitação Social do Arq. Alejandro Aravena "Deixem o povo ampliar suas casas"

Alejandro Aravena releva que pertenceu a uma educação arquitetónica da década de 60 e 70, com uma liberdade criativa ao estilo próprio da arquitetura, pensada como tema de problemas que só interessavam aos arquitetos. Alejandro Aravena, tem como particularidade no desafio para a criação da habitação social para os dias de hoje, uma iniciativa exterior da arquitetura, de

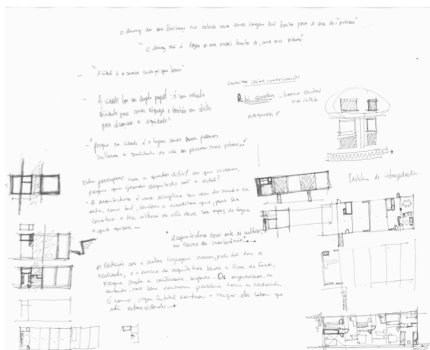


Fig.22- esboços de análises

¹⁵ Silva, Maria Margarida Gonçalves Monsanto de Serra ;Habitação a custos controlados em Portugal; Dissertação de Mestrado integrado em Arquitetura apresentada na Universidade de Coimbra; ano 2010;Pag.29

¹⁶ HERREROS, Juan-public and space: a Manifesto.in LAPUERTA, José Maria- Collective Housing; a manual, 2007.pag.16



Fig.23- Alçado da habitação social de Iquique(fase inicial, futura ampliação)

- Cozinha
- Instalação Sanitária
- Futura Ampliação
- Parede em tabique removível

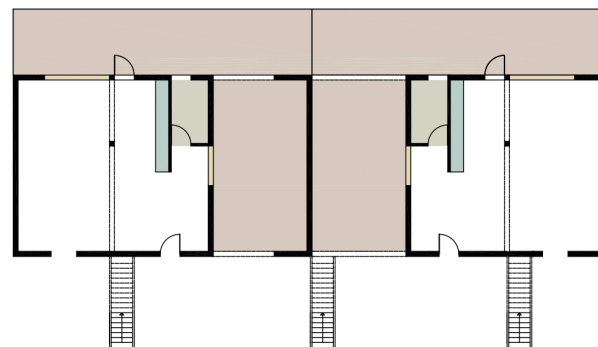


Fig.24- Planta do piso 0

problemas específico, de problemas que interessem a todo o mundo e que todo o mundo tem o direito de opinar. ¹⁷ Como refere o arquiteto Alejandro Aravena :

"(...) pobre o suficiente para ser capaz de fazer qualquer coisa, mas não tanto ao ponto de ser incapaz de pensar um problema em termos de sua capacidade." ¹⁸

A habitação para este arquiteto, salienta uma mudança de perspectiva na moradia Social, em vez de construir uma casa de apenas 40 m², constrói metade de uma “boa” casa de 80m², com apenas mobiliário fixo (instalações sanitária, cozinha, escada e estrutura para os 80 m²) deixando os restantes 40m² para a construção e organização dos próprios moradores.

O projeto de habitação social da cidade de Iquique mudou a vida de muitos chilenos, o projeto foi implantando num bairro cercado pela pobreza, onde há mais de 30 anos os moradores não viviam dignamente. Cerca de 100 famílias viviam em condições precárias e em ambientes de conflito social, ocupavam ilegalmente uma área de 5.000m² localizados no centro da cidade.

A ideia central do projeto, permite ao morador a ampliação da sua residência posteriormente,

¹⁷ Conversa com Aravena, Isay, Otávio Zarkos, Fernando de Mello, Franco, Karen Stein e André Corrêa (<http://www.youtube.com/watch?v=y-JpaB6rysA> acedido pela última vez em 28.09.13)

¹⁸ Idem

assim cada unidade terá uma personalidade maior, o que não ocorre nos conjuntos habitacionais em geral.

Outro aspecto interessante, é que o arquiteto privilegia a “qualidade da moradia”. Segundo ele, “a política previa 40 m² para sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios. Foi aí que surgiu a ideia central: é melhor fazer meia casa boa do que uma casa ruim. Mas 40 m² como metade de uma casa boa, a pergunta é: Qual metade deve ser feita? A resposta foi: a metade que uma família nunca vai fazer bem”.¹⁹

- Cozinha
- Instalação Sanitária
- Futura Ampliação
- Parede em tabique removível

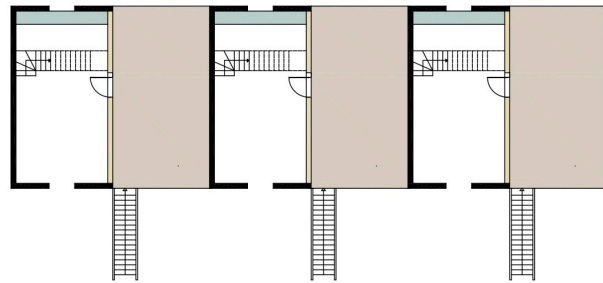


Fig.25- Planta do piso 1

A Futura ampliação do projeto nunca é para a fachada principal do edifício, para aquela que geralmente se considera a dianteira do edifício, mas sim lateralmente com uma largura equivalente à metade da fachada e para o fundo. Inicialmente o projeto prevê uma ideia final da casa, que pode ser visualizada através da criação de paredes em tabique removível, permitindo uma linguagem mais coerente de tudo o edifício. O acesso ao fogo no piso 1 é feito através de uma escada de tiro, com compacto direto ao espaço de futura ampliação.

Este exercício arquitectónico permite não só colmatar as necessidades de uma sociedade como também a liberdade arquitectónica de cada interveniente, sem no entanto deixar de ter uma

¹⁹ Ibidem

certa regulamentação e direcção na própria construção do objecto arquitectónico.

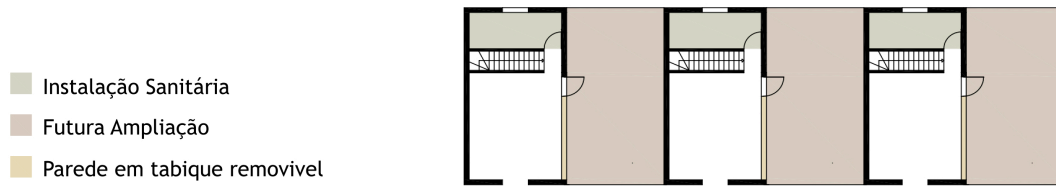


Fig.26- Planta do piso 2

3.4. Contexto Nacional: dos anos 40-50 do séc. XX

Lisboa e Porto eram as cidades mais industrializadas do país e onde os problemas de habitação eram mais graves. Por esta razão, Lisboa e Porto tiveram um papel fundamental na discussão, e no desenvolvimento de estratégias de habitação.

As primeiras formas de alojamento para as classes trabalhadoras eram a sobreocupação de velhos edifícios e a construção de novas habitações, as <<ilhas>>, que começaram a construir-se cerca de 1850. As <<ilhas>> consistiam em filas de pequenas casas de um único piso, geralmente com áreas que não excediam os 16m², construídas nos quintais de antigas habitações burguesas. Nestas casas pequenas e insalubres viviam famílias inteiras, onde a maior parte das <<ilhas>> não tinham abastecimento de água, os sanitários eram comuns a todos os seus habitantes e o acesso era feito através de estreitos corredores, que passavam por baixo de casas construídas à fase da rua.

A população vivia em condições bastante difíceis e as cidades acumulavam problemas de densidade, circulação, de higiene e de habitação. As <<ilhas>> foi a resposta adequada à procura de habitação de baixo custo que existia no Porto,

devido aos salários das classes trabalhadoras serem bastante baixos, consequência do fraco desenvolvimento do sector industrial, e nesta situação os trabalhadores apenas podiam ter acesso a formas de habitação de baixa qualidade e baixo custo.²⁰

Em Portugal, o movimento moderno afirmou-se no final dos anos 40. Depois da 2ª Grande Guerra, o País não tinha cidades arrasadas para reconstruir, mas havia uma forte carência habitacional nas grandes cidades devido ao crescimento demográfico, onde as estruturas Urbanas não estavam preparadas para acolher este crescimento demográfico e rapidamente se desencadeou a especulação sobre os alojamentos e sobre o preço do solo.

Em 1933, é publicado o Decreto-lei nº23052, de Setembro de 1933, que declara as grandes linhas do Programa das Casas Económicas. É o Estado que numa primeira fase e em parceria com os Municípios vai promover a construção das Casas Económicas através do Ministério das obras Publicas e das Comunicações. Assim o Estado era responsável pelo Financiamento, pela aquisição dos terrenos, pela construção e distribuição das casas e, ainda pela gestão dos bairros.

Para controlar as práticas que considerava reprováveis, impunha que os conjuntos construídos ao abrigo do programa das casas económicas fossem compostas por residências unifamiliares com quintal, que respeitassem as tipologias arquitectónicas locais e que fossem apenas atribuídos a casais jovens com a vida estabilizada, excluindo uma vasta população verdadeiramente carenciada. Esta iniciativa não foi suficiente para resolver a questão da carência habitacional e “as fórmulas tradicionais do

²⁰ Teixeira, Manuel; As estratégias de habitação em Portugal, 1992.p.67

urbanismo não oferecem resposta eficaz para o problema”.²¹

Os arquitetos criticaram os modelos urbanos tradicionais e defenderam o bloco de habitação em altura como forma de resolver o problema da habitação, com vantagens económicas, sociais, higiénicas, arquitectónicas e urbanísticas.

Em 1948 o Estado promoveu o I Congresso Nacional de Arquitectura, organizado pelo Sindicato dos Arquitetos, que ficou marcado pelas palavras de Nuno Teotónio Pereira ao afirmar ser este um “momento de viragem na reconquista da liberdade de expressão dos arquitetos”²². O regime permitiu que as teses fossem apresentadas sem censura e o congresso “*transforma-se em local de debate para a nova geração de arquitetos que, sob a influencia dos CIAM, defendem a autonomia disciplinar em relação ao poder e a Carta de Atenas como metodologia para resolver os problemas da cidade*”²³. A arquitetura de Le Corbusier e a arquitetura moderna brasileira, tiveram uma forte influência neste novo momento da arquitetura portuguesa.

O crescimento económico do país e uma maior abertura cultural autorizada pelo regime salazarista permite que, ao longo dos anos 50 e 60, se construam bairros sociais verdadeiramente modernos em Lisboa e no Porto. Esse investimento faz com que os novos edifícios modernos construídos, acabem por ser maioritariamente destinados às classes média/alta.

Assim, os edifícios de habitação social do início dos anos 50 não diferem muito das experiências

²¹ Gonçalves, José Fernando; Edifícios Modernos de Habitação Colectiva- 1948/61; Desenho e standard na Arquitectura Portuguesa, 2007. p.97

²² TOSTÕES, Ana - Os verdes anos na arquitectura portuguesa nos anos 50. 1997. p.33

²³ Gonçalves, José Fernando; Edifícios Modernos de Habitação Colectiva; 1948/61; Desenho e standard na Arquitectura Portuguesa, 2007. p.83

modernas em blocos de habitação colectiva destinados a classes mais elevadas.

3.5. Caso de estudo em Portugal

Em Portugal a habitação a custos controlados, que durante as ultimas décadas esteve entregue à iniciativa das cooperativas de Habitação, recebe hoje em dia novos incentivos por parte do estado e assiste-se a uma crescente promoção de habitação a custos controlados por parte dos municípios.

O arquiteto é assim solicitado para projetar habitação para a população mais carenciada e para isso deve refletir sobre vários temas que vão desde a questão da cidade em si à organização dos fogos, compreendendo os contextos culturais e as necessidades diversificadas de cada grupo socioeconómico, de forma a por um lado dar resposta aos problemas gerais de uma cidade e por outro ao nível habitacional.

Foi selecionado como caso de estudo uma obra no arquiteto Álvaro Siza, situado no Porto mais propriamente na Bouça, premiado pelo premio “Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana (IHRU)” em 2007.

3.5.1 Conjunto Habitacional da Bouça, Porto

O conjunto habitacional, mais conhecido no Porto apenas por “Bairro do Siza” é um complexo com quatro blocos de 4 pisos e paralelos ao longo de uma enorme parede diagonal que protege os apartamentos do ruído de uma linha férrea, onde neste momento passa o metro. Tem como principal destaque o seu design minimalista e funcional, a composição visual das fachadas



Fig.27-Planta de implantação, com base no Google earth



Fig.28- Perspectiva entre os blocos

resultante da original disposição das escadas, portas e janelas assimétricas entre pisos.

O projeto teve duas fases, a primeira em 1975, que deu origem à construção de dois dos quatro edifícios, e a segunda já no final da década de noventa que permitiu a conclusão do projeto inicial.²⁴

3.5.2 Descrição

A sua implantação tem como limite a traseira da Rua da Boavista orientada a sul e a norte, com a rua da Bouça com a linha de caminho do metro (Andante).

Cada um dos quatro blocos longitudinais é composto por um volume independente, com a particularidade de possuir um equipamento colectivo. Oposto aos equipamentos colectivos, no extremo do terreno, existe um muro contínuo que une os quatro blocos de habitações, permitindo assim diversos atravessamentos e circulações pedonais, entre eles.

Os fogos são distribuídos pelos quatro blocos longitudinais, de quatro pisos, com duas habitações em dúplex nos quais, os pisos 0 e pisos 3 são constituídos por uma zona de carácter mais privado, com os quartos e instalação sanitária. Os pisos intermédios, pisos 1 e pisos 2, têm uma função mais social, com a sala, cozinha e casa de banho de serviço. As entradas principais de cada habitação dos pisos inferiores são feitas através de uma escada de um só lanço para cada habitação, enquanto que as entradas para os fogos ao nível dos pisos superiores é feita através de um vão de escadas comum a todas as habitações até ao piso 3.



Fig.29- Rua da Bouça / linha do metro



Fig.30- Entrada principal das habitações



Fig. 31-Espaços de passagem

²⁴ TRIGUEIROS, Luis, e tal. 1997.Álvaro Siza, 1954-1976.Editorial Blau.p.177



Fig.32- Espaços de passagem entre os blocos

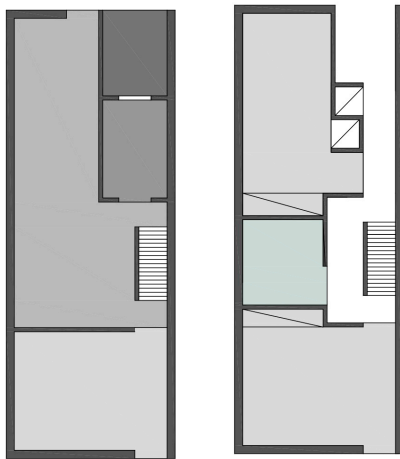


Fig.33-planta tipo dúplex (piso 0 e 1)

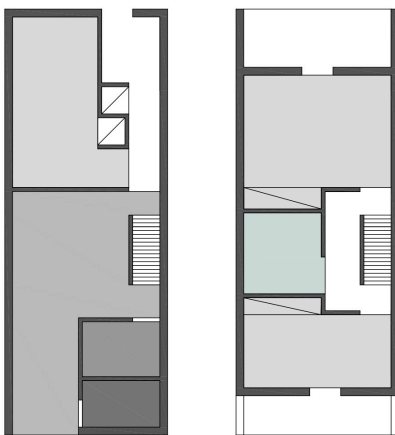


Fig.34- Planta tipo dúplex (piso 2 e 3)

- Quartos
- Lavandaria
- Cozinha
- Sala
- Quartos
- I.S

O conjunto habitacional é constituído por 128 fogos, apresentando como característica comum o facto de serem as tipologias projetadas de forma sistemática e repetida.

3.5.3 Conceito

O Bairro da Bouça é apresentado como um bairro de características singulares, isso é, através da sua projeção volumétrica para uma área de parcela de cidade, pensado na interligação das condicionantes existentes, e que resultam em diferentes espaços, sendo utilizados de forma única cheios e vazios, assim como espaços de passagem.

Desta forma, apresenta-se uma clareza patente na ideia que suporta muitas das obras dos anos 20-30 de Berlim, como as Siedlung Schillerpark de Bruno Taut e na Holanda, os bairros sociais de J.P Oud. O arquitecto Álvaro Siza revela que estas são importantes obras, a nível tipológico, pela aproximação a uma ideia de tipologia controlada e de baixo custo.

Todo o conjunto organiza-se a partir de um módulo que através da sua repetição define a formação de blocos em banda. Como elementos de exceção existem os topos e o muro que une todos os blocos. Os topos são dotados de, um carácter social aglutinando diferentes funções em cada um dos volumes contribuindo e proporcionando uma nova dinâmica ao conjunto habitacional. Estes equipamentos sociais estão separados dos restantes blocos existindo a passagem e acessos rápidos entre os blocos habitacionais.



Fig.35- Cartaz alusivo aos movimentos dos moradores

3.6 Serviço de Apoio Ambulatório Local

3.6.1 Objectivos e programa do processo SAAL

Os objectivos do lançamento do processo SAAL, tratava-se de ligar o Estado a certos sectores mais dinâmicos da sociedade civil, através de um mecanismo de descentralização. O poder de decisão e ação ficaria mais dependente das autarquias locais.

O programa SAAL visava ligar a função técnica, existente nas instituições do Estado ou fora delas, aos agentes que deveriam servir. Ou seja, os técnicos responsáveis e conhecedores, tais como engenheiros, arquitetos, advogados, psicólogos, entre outros, deviam estar presentes e acompanhar os moradores nas novas ações, no local de trabalho.

Outro dos objectivos inovadores a esta iniciativa, era a respeito à necessidade de “...encontrar uma forma de atuar que maximizasse a aplicação na habitação de toda a espécie de recursos dos moradores...”²⁵ ou seja, trata-se da auto-construção ou auto-solução, onde o programa estabeleceu uma nova forma de partilha, em que o estado entrava com uma parte do custo da casa a fundo perdido e o restante seria mobilizado pelos moradores, sob a forma de auto-construção ou auto-investimento em dinheiro, ao empréstimo bonificado de entidades bancárias. Mas nenhuma destas formas era específica do programa. Especifico era o Governo dar 40% do custo da casa a fundo perdido e os restantes 60% ficavam a cargo dos moradores.

²⁵ http://www.slideshare.net/miguel_gadelho/estudo-da-operao-saal-da-teoria-prtica-15415594 (acedido pela última vez em 25/07/2013)



Fig.36- Futuros moradores na participação do projecto

3.6.2 As operações SAAL

Portugal deparou-se com graves problemas a nível da habitação social, que foram criados ao longo do tempo, devido às más políticas habitacionais aplicadas. Em 1900, a procura pela habitação é tanta, que existiu uma lotação excessiva em Portugal e uma enorme degradação dos edifícios, criando um problema a nível de higiene e de segurança.

Antes da revolução do 25 de Abril, Nuno Portas juntamente com outros profissionais desta área, equacionaram o que podiam ser formas alternativas para o desbloqueamento da produção de habitação social, substituindo formas estatizadas.²⁶ “...Julgo que a reunião mais importante para o arranque, tenha sido talvez uma reunião, em Lisboa, com uma comissão de moradores do bairro da Sé, do Porto (que não veio ter nenhum programa SAAL, mas sim dar lugar à operação Barredo), porque foi a partir daí e de um <<apalpar>> mútuo de quais eram as intenções que saiu a formulação do famigerado despacho sobre SAAL.²⁷

Depois da revolução do 25 de Abril de 1974, continuaram as obras e projetos da habitação de iniciativa privada, ao mesmo tempo foi criado um novo sistema alternativo de promoção pública: a operação SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), programa do Estado que propôs o realojamento de famílias de baixos rendimentos, dos bairros de lata, lançado pelo arquiteto Nuno Portas logo após a revolução.

As diversas tentativas de aplicação para combater o problema habitacional, não proporcionaram efeitos práticos ou satisfatórios pelo que o “Estado Novo não implementou medidas

²⁶ Portas, Nuno; Revista Critica de Ciências Sociais nº 18/19/20 Fevereiro de 1986

²⁷ Portas, Nuno; Revista Critica de Ciências Sociais nº 18/19/20 Fevereiro de 1986

consistentes que permitissem contrair os mecanismos estruturais que propiciaram a crise da «habitação»»^{28 29}

O surgimento das operações SAAL está associada à revolução do 25 de Abril e à capacidade de o povo mudar. As operações SAAL revelaram-se importantes para a construção de habitações para a população local de baixo recurso financeiro.

Nas intervenções levadas a cabo pelo SAAL privilegiou-se a permanência nos locais, preferindo o realojamento nas áreas degradadas e de construção ilegal por parte da civilização, para evitar transferir os moradores para outras zonas.

Esta operação revelou-se uma iniciativa inovadora no âmbito das políticas de habitação apresentando um programa inovador tendo como principal objectivo uma melhoria na forma de habitar de baixo custo.

“(...)tentou, igualmente opor-se à construção de um subhabitat em termos arquitectónicos e procurou, em consequência, ganhar a participação de arquitectos conceituados. Reconheceu, enfim, os moradores localmente organizados em associações como parceiros decisivos das equipas técnicas pluridisciplinares criadas numa perspectiva descentralizada, o desenvolvimento do processo de concepção, planeamento, construção e gestão dos novos espaços residenciais, em estreia interação com os moradores, visava, pelo menos, no plano das intenções, garantir uma efectiva apropriação destes espaços pelos seus futuros utentes.(...)”³⁰

Era essencial tomar medidas ao nível da habitação para melhorar as condições de vida da população mais desfavorecidas.

²⁸http://www.slideshare.net/miguel_gadelho/estudo-da-operao-saal-da-teoria-prtica-15415594 (acedido pela ultima vez em 25/07/2013)

²⁹ GROS, Marielle Christine,1982.O alojamento Social sob o fascismo “pequenas história do alojamento social em Portugal”. Afrontamento.Porto.1994.p.88

³⁰ Idem.p.88

A Arquitetura adequou-se ao contexto físico e principalmente ao contexto social, adoptaram-se processos de auto-construção, os futuros moradores participaram no projecto, tomaram iniciativa, organizaram-se e participavam com os seus recursos promovendo ativamente o processo de apropriação. Aliás um pouco como na contemporaneidade sucede com o caso anteriormente apresentado sobre Alejandro Aravena. De facto o projecto deste último serve de elo de ligação entre as operações SAAL e o a proposta que se apresentará como resultado desta dissertação.

Todas as questões políticas referidas, e o ambiente vivido na sociedade portuguesa desta época, levaram a que este período fosse considerado não só como um dos períodos mais marcantes na visibilidade das carências habitacionais em Portugal como também um testemunho de maior intervenção da parte do Estado. De facto isto sucede pois houve um forte registo do processo migratório, do campo para a cidade assim como o regresso das ex-colónias, que ocorreu de forma desordenada e concentrada colidindo com uma ausência de políticas, fazendo-se sentir, particularmente e com grande impacto, ao nível das carências de habitação, de equipamentos sociais e de infra-estruturas urbanas. Assim, com a chegada, desta população de baixos recursos económicos e a falta de respostas habitacionais, foram acentuadas práticas de coabitação que deram lugar à emergência e ao desenvolvimento de um mercado ilegal de produção de alojamento cujos reflexos negativos ainda hoje se fazem sentir.

Neste período, o Estado começa a manifestar vontade de implementar uma política de habitação, que não se limitou à resolução de carências mais pronunciadas, mas sim a todo o tipo de carências existentes. Surge a reabilitação

e a facilitação do acesso ao mercado privado em regime de propriedade. Foi uma missão intensa devido a situação habitacional do país na época ser preocupante.

A população vivia abaixo das condições mínimas de conforto, segurança, salubridade e privacidade, onde surgia a carência. Estimam-se cerca de 600 000 fogos com estas dificuldades e carências. Por exemplo, no Porto, muitas das operações incidiram nas próprias “ilhas”, tendo sido recuperado parte do edificado e o novo edificado com uma ligação aos costumes locais e com o existente. Já em Lisboa, optou-se por blocos de habitação colectiva, devido à envolvente mais urbana: as topologias mais compactas desenham e consolidam a periferia com maior eficácia. Em Lisboa existiam as “Vilas” Operárias que eram o equivalente às ilhas do Porto. Muitas vezes as “Vilas” eram antigos palacetes re-apropriados ou mesmo antigos edifícios religioso, com novos usos, como é o caso do Mosteiro Cisterciense de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, mais conhecido por Convento das Bernardas no Bairro da Madragoa. Aqui chegaram a viver 600 pessoas.³¹ Apesar da tipologia comum, os projetos apresentam alternativas diversas, impostas pela vontade dos moradores e pelas posições adoptadas relativamente aos problemas de projeto por parte dos arquitetos.

As operações SAAL permitiram uma nova forma de “estar” social no enquadramento da problemática da habitação, pelo que foi um ganho a inclusão das opiniões dos moradores nas opções e decisões importantes a tomar aquando o projecto de novas habitações.

³¹ MARTINS, Ana Maria Tavares e Jorge S. Carlos; The re-use of a Monastic space in Lisbon: ideals and realities of the Bernardas’Convent in “HERITAGE 2012. Proceedings of the 3rd. International Conference on Heritage and Sustainable development”; vol. 3; Ed. Green Lines - Institute for Sustainable Development; Junho 2012; pp. 1949-1960

Uma das principais características das operações é a diversidade e a diferença entre os vários projetos existentes nos vários sítios do País. Em Setúbal e no Porto predomina a construção baixa, já em Lisboa predomina a construção em altura. A polémica em torno de questões ideológicas é na altura tão ou mais importante que os custos económicos, para muitos elementos das equipas. Foram feitas diversas propostas em todo o país e iniciadas várias intervenções, como se pode observar nos quadros seguintes:

Tabela.1- intervenções em 1974

Núcleos	1974		
	Pedidos de Intervenção	Operações Iniciadas	Nr.de famílias envolvidas
SAAL NORTE	19	13	3986
SAAL CENTRO-SUL	29	29	16710
SAAL ALGARVE	-	3	167
TOTAL GLOBAL	48	45	20863

Tabela.2- intervenções em 1975

Núcleos	1975			
	Pedidos de Intervenção anteriores	Pedidos de Intervenção	Operações Iniciadas	Nr.de famílias envolvidas
NORTE	6	90	45	11400
CENTRO-SUL	-	42	33	4876
ALGARVE	-	-	12	702
TOTAL GLOBAL	6	132	90	16978

Tabela.3- intervenções em 1976

Núcleos	1976			
	Pedidos de Intervenção anteriores	Pedidos de Intervenção	Operações Iniciadas	Nr.de famílias envolvidas
NORTE	48	7	7	1532
CENTRO-SUL	14	55	18	4830
ALGARVE	-	-	10	455
TOTAL GLOBAL	62	62	105	6817

Tabela.4- intervenções totais

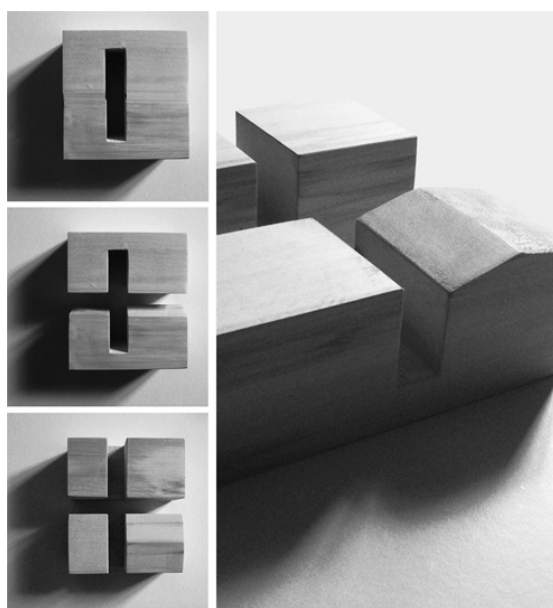
Núcleos	Totais			
	Pedidos de Intervenção	Operações iniciadas	Pedidos ainda não satisfeitos	Nr.de famílias envolvidas
NORTE	115	65	46	16865
CENTRO-SUL	131	80	51	23476
ALGARVE	-	25	-	1324
TOTAL GLOBAL	246	170	97	41665

A principal diferença do processo SAAL no Porto e nas outras áreas onde se registaram as operações (subúrbios de Lisboa e Setúbal, Seixal, Olhão e Lagos) é que, no Norte, as mais importantes operações ocorreram no centro urbano, nos buracos abertos da cidade histórica, onde predominavam as “ilhas” e os bairros degradados, tornando o processo muito mais sensível em termos de urbanização.

Já em Lisboa, pelo contrário, as principais operações SAAL decorreram em zonas de subúrbio, nos arredores da cidade. Tratou-se portanto de blocos colectivos de média altura, agrupados em pátios em “U”, em bandas, com galerias e acessos verticais muito acentuados.

Outras operações SAAL do Sul utilizaram os tipos também usados no Norte, como em bandas ou pátios de casas unifamiliares geminadas ou em duplex.

4. Proposta de Habitação Social para Albufeira



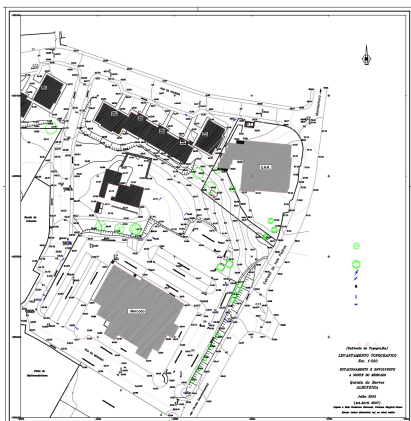


Fig.37- Existente(impressão original das peças que compõem esta figura podem ser consultadas à escala 1/500 nos anexos).

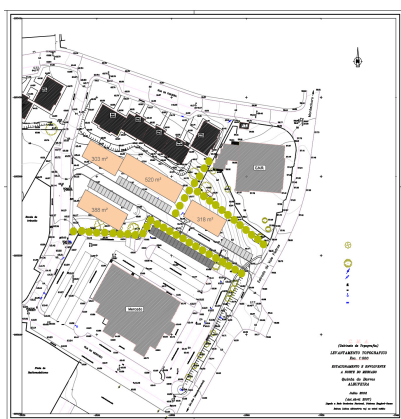


Fig.38 proposta (impressão original das peças que compõem esta figura podem ser consultadas à escala 1/500 nos anexos).

4.1. Apoio pela Câmara municipal de Albufeira

O Terreno objecto deste estudo foi indicado pela CMA e já possuía alguns requisitos específicos como linhas norteadoras da proposta, um estudo de implantação de um conjunto de edifícios em regime C.D.H a construir nos calços em Albufeira, o presente estudo foi elaborado por parte da Câmara da Municipal de Albufeira a fim de dar resposta às questões da divisão de assuntos Sociais, tais como: viabilidade do terreno em causa, (tratasse de um terreno urbano para construção);uma área de implantação de 1529m² em 3 pisos perfazendo um total de 4587 m² de construção; um número máximo de fogos de tipologia T1, T2,T3 E T4 (para percentagens aproximadas de 17%, 47%, 28% e 8 % respectivamente) que sejam possíveis construir no referido terreno em regime de propriedade horizontal, considerando a área bruta em metros quadrados a partir dos mínimos definidos pelo RGEU para T1-52m², T2-72m², T3-92m² e T4-105m² resultante um total de 62 fogos; 15T1; 30T2; 14T3; 3T4.

4.2. Memoria Descritiva

4.2.1 Objectivos

Como objectivo principal, para além de controlar a especulação, promove a habitação para as camadas da população mais desfavorecidas, assim como para as camadas mais jovens, criando espaços para novas infraestruturas, para novas tipologias habitacionais que respondam a novos estilos de vida e às novas concepções familiares. Este facto irá enriquecer e melhorar a paisagem urbana existente.

Para que tal seja possível, desde 1988, o Município de Albufeira tem tentado apostar na



Fig.39- Limite da cidade de Albufeira



Fig.40-Localização sobre fotografia aérea do Google earth



Fig.41-Vista para o mercado Municipal



Fig.42-Vista sobre os Edifícios paralelos à proposta

habitação social, permitindo assim novas formas de habitar, capazes de satisfazer as necessidades sociais e melhorar a qualidade de vida, e incentivando o não abandono por parte dos residentes do concelho para outros municípios ou mesmo para outro País. Porém, desde 2001 só foi possível levar a cabo e construir apenas um único projeto de habitação a custos controlados na freguesia de Ferreiras, com 38 fogos.

A intervenção autárquica construiu nos últimos 20 anos em Albufeira, 764 fogos de habitação social. Todo esse processo tem vindo a diminuir nos últimos 12 anos.

Em 2009 a câmara municipal de Albufeira apresentou um estudo onde detectou 450 pessoas carenciadas a nível de habitação.³² Por isso, cada vez, faz mais sentido a criação de habitações a custos controlados na cidade de Albufeira, visto que existe uma grave carência habitacional nos dias de hoje.

4.2.2. Descrição

O conjunto habitacional ocupa um terreno delimitado pelos caminhos: a norte pela rua da Figueira, a poente pela rua dos Calços, a nascente da estrada de Vale Pedras e a sul para o mercado municipal. Ter-se-á em consideração um novo arruamento, atravessando todo terreno de nascente a poente, com a ligação da rua dos Calços à estrada de vale pedras.

O conjunto habitacional encontra-se junto ao limite do perímetro da cidade de Albufeira, numa zona de media densidade habitacional.

O terreno onde se irá implantar a proposta apresenta-se numa cota superior criando um

²⁷<http://albufeira.bloguepessoal.com/124573/Camara-Municipal-de-Albufeira-ajuda-familias-carenciadas/> acedido pela ultima vez em 20/09/2013)



Fig.43-Edifício existente virado sobre a rua Figueira

excelente dialogo a nível visual de toda a malha urbana. Este é um dos aspectos que torna esta proposta e este desafio interessante, pois a própria forma, relaciona-se com a escala natural da paisagem, sem entrar em conflito com a escala do edificado pré existente.

Há uma série de condições que não podem faltar à sociedade, como um boa localização das suas habitações. O terreno apresenta como particularidade, uma localização privilegiada, encontrando-se junto a áreas comerciais, com características de segurança e proximidade a estabelecimentos de ensino, privilegiando um bem estar familiar e minimizando problemas sociais políticos e económicos.

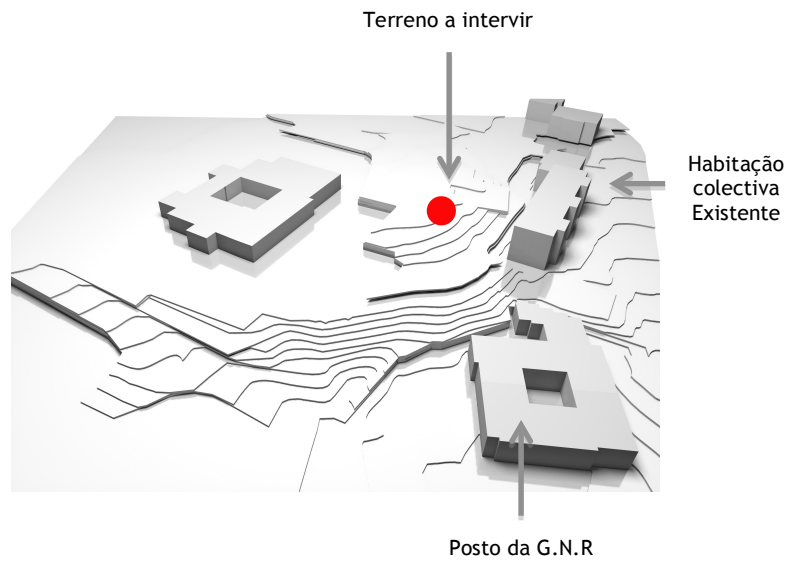


Fig.44- Perspectiva Volumétrica da envolvente

- Posto do G.N.R
- Cantina Social
- Terminal dos Autocarros
- Mercado Municipal
- Supermercado LIDL
- Posto da P.S.P
- Escola Secundaria
- Pista de radiomodelismo
- Proposta

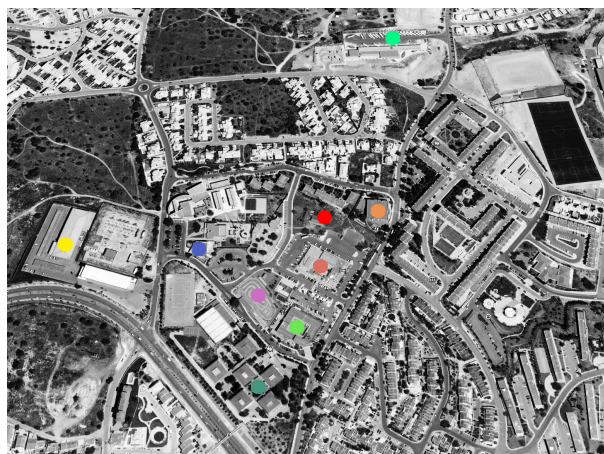


Fig.45- Localização Envolvente

Os fogos habitacionais nascem de uma malha estrutural bastante racional, permitindo um dupla posição de cada fogo, nos quais a organização do espaço revela uma concepção tradicional, no que respeita a distinção clara entre a zona comum e privada, em todos os apartamentos com excepção do T1.

Os fogos são distribuídos pelos três blocos de quadro pisos, em dúplex e num só único piso os fogos T1. O Piso 0 e 2 é composto por uma zona social (cozinha, lavandaria, sala, instalação sanitária), os pisos 1 e 3 têm um carácter mais privado (quarto e instalação sanitária), buscando o conceito aplicado no Bairro da Bouça, já referido anteriormente, no qual surge como diferença a troca de carácter social e privado perante os pisos.

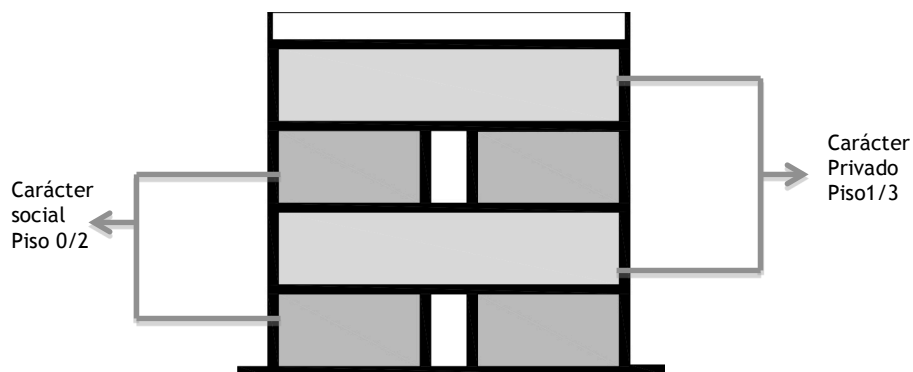


Fig.46- corte esquemático



A



B

C



Fig. 48- A : Bloco 1 constituído por: oito T1; onze T2; quatro T3 e dois T4; total = 23 fogos / B: Bloco 2 constituído por: quatro T1; cinco T2 e dois T3; total = 11 fogos / C: Bloco 2 constituído por: quadro T1; seis T2; dois T3 e quadro T4; total = 14 fogos

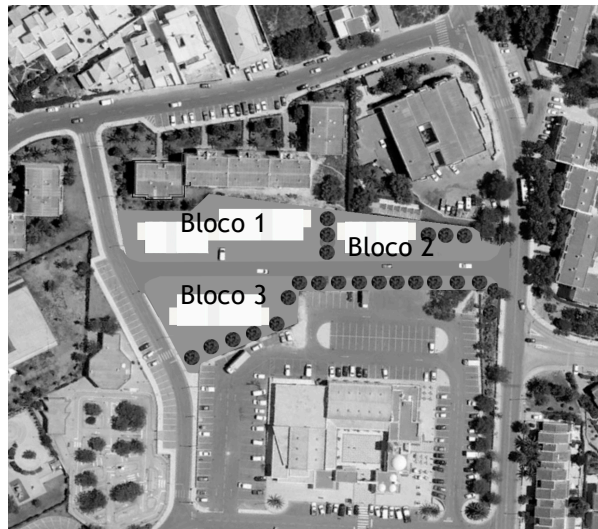


Fig.47- Proposta de Planta de implantação

A concepção da organização espacial de todas as tipologias, foram desenvolvidas a partir da ideia tipológica dos miniquarteirões da habitação social de Albufeira mas possuindo esta proposta uma adaptação à realidade atual com um carácter mais contemporâneo.

A habitação apresenta-se como um conjunto constituído por unidades modulares e é projetada de forma sistemática de carácter repetitivo de modo a que todos os espaços se encaixam de numa estrutura rígida.

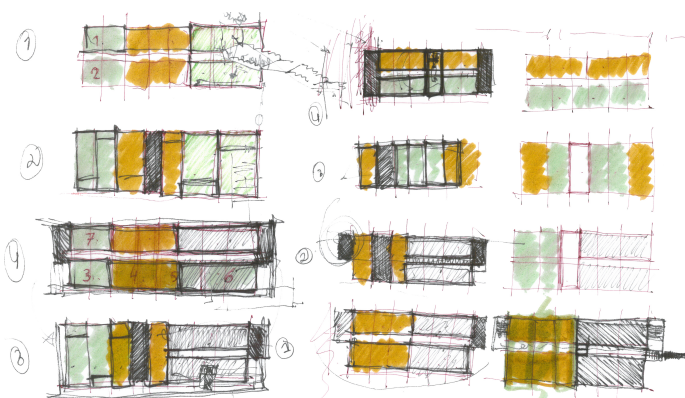


Fig.49- Esquissos das células habitacionais

Em Todas as tipologias existe um controlo sobre a iluminação e ventilação, oferecendo uma orientação solar favorável, através das saliências no interior e exterior nos vãos da sala e nos quartos, onde a incidência da luz natural e a sua intensidade é controlada. Esta solução permite a existência do benefício de um espaço exterior privado (varandas) assim como um controlo no contacto direto da luz natural. Houve a preocupação em criar uma entrada de luz natural que fosse difusa, atendendo ao local onde o edifício está implantado, criando um jogo de luz e sombras que introduz dinamismo e variedade ao projeto.

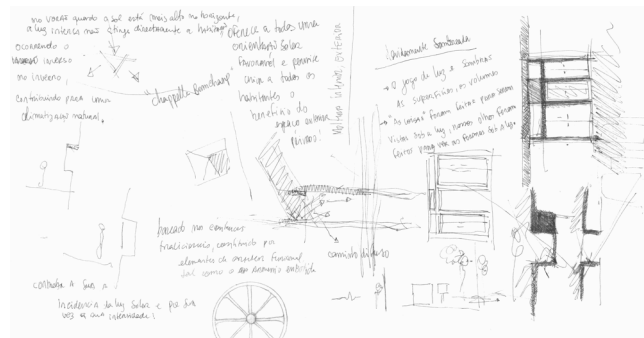


Fig.50- Esquissos

- Sala de Estar
- Varanda
- Instalação Sanitária
- Cozinha
- Lavandaria
- Zona para estender a roupa
- Despensa
- Quartos



Fig.51- Exemplo, Tipologia T1

- Cozinha- 6m²
- Lavandaria- 3m²
- Despensa- 2.50m²
- Sala de Estar- 18m²
- Instalação Sanitária- 4.80m²
- Quarto-9.80m²

A tipologia T1 é constituída com um pequeno hall de entrada com um armário de apoio, fazendo-se a partir daí o acesso à cozinha com uma lavandaria e uma despensa. No lado esquerdo do hall situa-se uma sala, que se constitui no núcleo central de toda a tipologia, com uma varanda que cria um espaço exterior privado saliente para o interior da habitação, ligada com um armário e

uma zona para o encaixe da parede flexível que divide o quarto e a sala. De seguida, ao lado da sala localiza-se o quarto e uma instalação sanitária adaptada a pessoas com mobilidade reduzida.



Fig.52- Exemplo, Tipologia T2 dúplex

A tipologia T2 duplex dispõe de um pequeno hall de distribuição central de toda habitação, para o acesso vertical ao piso superior dividindo a zona privada da zona social, seguidamente encontra-se a cozinha e uma lavandaria com um pequeno espaço exterior para estender a roupa e no lado esquerdo do hall encontra-se a sala, com uma varanda saliente para o interior da habitação ligada com armários embutidos na parede, todo o espaço é apoiado com uma única instalação sanitária de serviço. No piso superior situa-se um pequeno corredor de acesso para os quartos e uma instalação sanitária central. Num dos quartos apresenta-se uma janela saliente para interior e noutro uma janela saliente para o exterior, criando uma entrada difusa da iluminação natural e permitindo um jogo de luz e sombra.

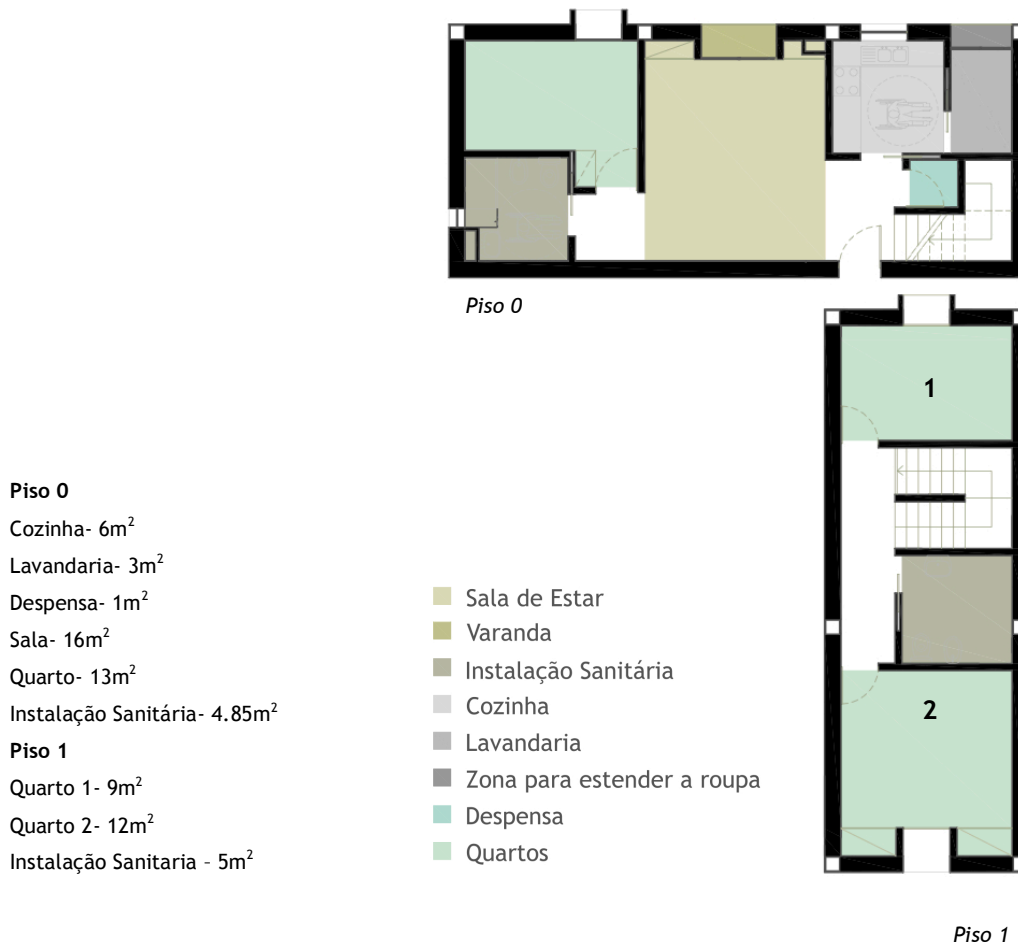


Fig53- Exemplo, Tipologia T3

A tipologia T3 em relação ao piso 0, apresenta um carácter bastante igual à tipologia t2, com a particularidade da existência de mais um quarto e uma instalação sanitária adaptada a pessoas com mobilidade reduzida. Novamente no piso superior da tipologia, dispõe de o mesmo módulo de carácter privado.

- Piso 0**
 Cozinha- 6m²
 Lavandaria- 3m²
 Despensa- 1m²
 Sala- 16m²
 Quarto- 13m²
 Instalação Sanitária- 4.85m²
- Piso 1**
 Quarto 1- 9m²
 Quarto 2- 11m²
 Quarto 3- 13m²
 Vestíbulo - 3m²
 Instalação Sanitária - 5m²



Piso 0

- Sala de Estar
- Varanda
- Instalação Sanitária
- Cozinha
- Lavandaria
- Zona para estender a roupa
- Despensa
- Quartos
- vestíbulo



Piso 1

Fig.54- Exemplo, Tipologia T4

Toda a habitação no piso 0 apresenta um carácter igual ao T3, tem como diferença o piso superior, onde a disposição apresenta mais um quarto na zona privada com o benefício de uma zona de vestíbulo e os restantes quartos são mais amplos. A proposta apresenta como particularidade, nos apartamentos, T1, T3 e T4, a flexibilidade da parede entre o quarto e a sala, na zona social, rebatendo para dentro de um armário, tornando a sala mais ampla, conforme as necessidades particulares dos habitantes de cada apartamento.

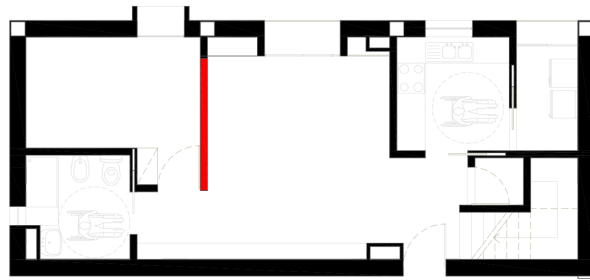


Fig.55- Ampliação tipológica

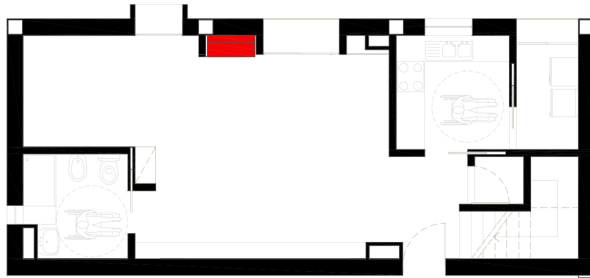


Fig.56- representação da parede flexível



Fig.57-Convento das Bernardas de Lisboa durante as obras de reabilitação

4.2.3 Conceito

4.2.3.1 Referencias

Todo o processo conceitual da proposta, tem como referencia estruturas claustrais, como aquela de que é exemplo o Convento das Bernardas em Lisboa, devido às suas características e funções. Após a extinção das Ordens Religiosas, o convento foi preservado até a morte da última freira. Em 1924 foi inaugurada uma sala usada como cinema e teatro que ocupava a igreja do antigo convento. Para além disso este espaço foi também utilizado por um orquestra filarmónica. Já em 1996, houve um concurso de arquitetura promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, demonstrando assim o a sua preocupação com este tipo de património e a sua reabilitação como preocupação, a sua reabilitação. Esta reabilitação teve por base um projeto composto por 34 residências, quatro lojas, um restaurante, um centro de apoio para idosos, um clube social e o Museu da Marioneta.

Espaços esses que se adaptam a novas situações, para novos usos, contribuindo para a integração dos valores do presente na sua história.

“Las transformaciones de los edificios patrimoniales y su consecuente adecuación a las necesidades vivenciales contemporáneas son hoy una de las principales preocupaciones en el ámbito de la construcción de la ciudad contemporánea. Así que la historia es un instrumento de análisis y crítica que permite lecturas, de los edificios, continuamente renovadas.”³³

Espaço esse que apresenta excelentes qualidades, com vista privilegiada para o interior do edifício, neste caso um claustro.

Claustro provém do latim *claustra* e no seu verdadeiro sentido da palavra significa “espaço fechado”. Porém ganha importância enquanto gerador de espaço pois o espaço monástico ou conventual é organizado em seu redor. É este espaço que estabelece as ligações entre as diferentes áreas que compõe um espaço monástico ou conventual. O claustro é assim um espaço fechado, de clausura, que se abre ao exterior sem no entanto devassar essa mesma clausura. Pode possuir apenas alas ou galerias, quando os corredores colaterais cobertos se repetem num segundo piso. O espaço central é geralmente quadrangular sendo ocupado por um jardim ou por um espaço verde.

“O claustro é o epicentro do edifício monástico, isto é, o local com que todos os espaços confinam permitindo dar resposta às mais variadas exigências comunitárias para além de

³³ MARTINS, Ana Maria Tavares; El Patrimonio Monástico: Integración y desarrollo en la Ciudad Contemporánea in VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación (Yaiza 2004); Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio. CICOP.ESPAÑA Tenerife 2004; pp. 21-25

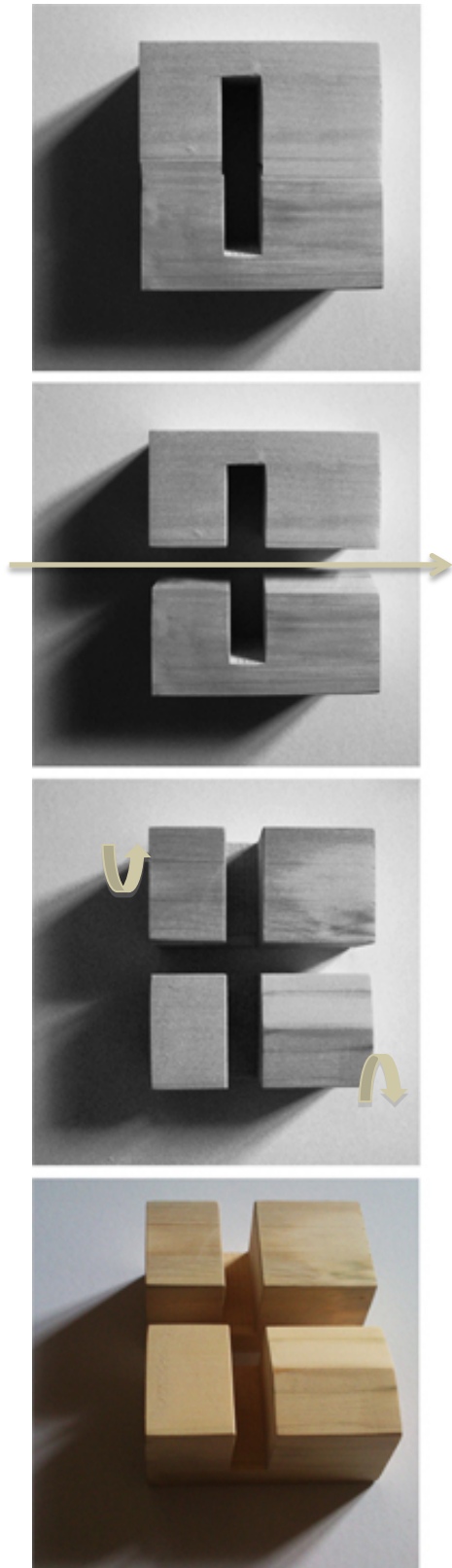


Fig.59- processo formal

proporcionar luz natural (vital e espiritual) que ilumina parte do edificado.”³⁴

4.2.3.2 Base conceptual

O conjunto habitacional apresenta um carácter bastante simples, funcional e minimalista, com três blocos de 4 pisos paralelos à habitação colectiva existente.

A proposta resulta de uma leitura atenta da envolvente urbana onde se insere, as características e a identidade da cidade de Albufeira, as vivências da população (que se exprimem na sua arquitetura), as características urbanas da zona, e as referências de antigas “vilas” de que é exemplo o Convento das Bernardas referido anteriormente. Desta forma materializa-se e representa-se uma Passagem; um processo que se inicia no Passado, que se insere no Presente e é um vislumbre do Futuro.

Idealizado através da morfologia do Convento das Bernardas (Passado) e dos Miniquarteirões da habitação Social existentes em Albufeira (Presente), note-se que o mosteiro hoje apelidado de Convento das Bernardas foi “vila” operaria cuja base se reconhece nos Miniquarteirões de Albufeira, representando uma solução contemporânea. Nesta solução existe uma intenção da passagem de quarteirão tradicional fechado, para dois blocos isolados. Este processo surge a partir da divisão do quarteirão através da passagem de uma estrada, a meio do quarteirão, ligando uma proposta existente por parte da Câmara com a solução proposta nesta dissertação.

No seguimento do processo ocorre um rotação de 90 graus em cada bloco para o exterior,

³⁴ CONDE, Antónia e MARTINS e Ana Maria Tavares; Dos Claustros Cistercienses Portugueses: a especificidade de S. Bento de Cástris in “Actas do Encontro Internacional sobre Claustros no Mundo Mediterrânico (Séc. X-XVIII)” (no prelo); s/p.

transformando a ideia tradicional de pátio interior ou claustro numa zona de lazer exterior, abrindo deste modo o espaço à cidade, passa-se do “jardim fechado” / privado (clausura) ao “jardim aberto” / publico, contribuindo para uma nova vivencia.

Apresenta-se de igual modo, como conceito, uma ideia visual da morfologia da cidade de Albufeira, dando a noção de dois blocos assentes sobre as rochas escarpadas sobre o oceano.

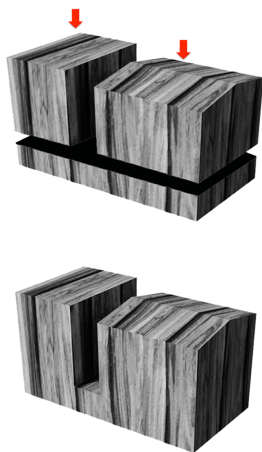


Fig.58- Esquema explicativo

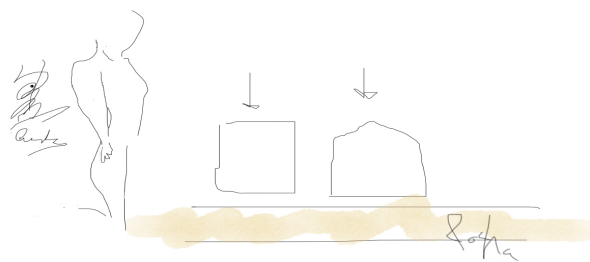


Fig.60- esquisso explicativo dos pisos 1,2 e 3 assentes sobre rocha.

Deste modo o conjunto Habitacional na sua totalidade apresenta 2 tipos de blocos, salientando-se o facto de que os blocos 2 e 3 que surgem a partir da divisão em dois do bloco 1.

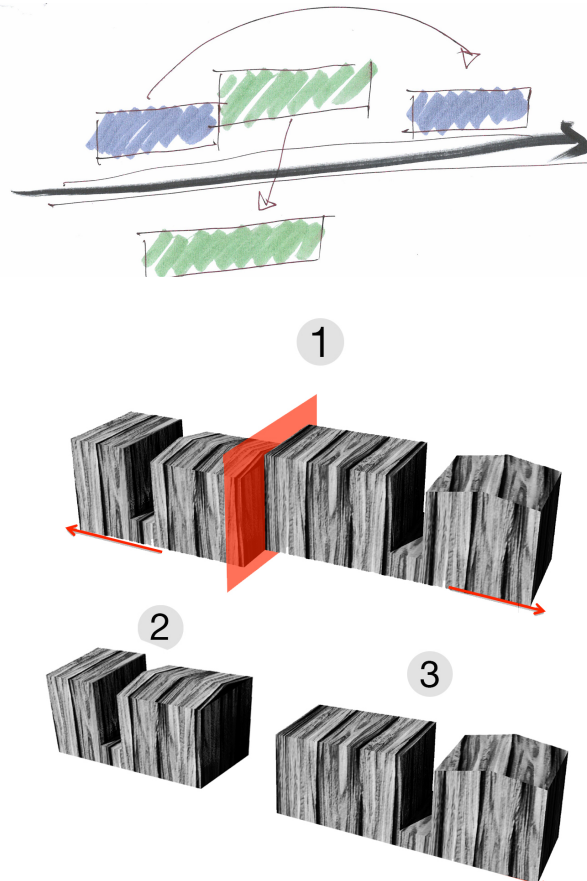


Fig. 61- Esquema dos blocos de habitação

4.2.4 Aproximação ao Método construtivo

O método construtivo adoptado para a realização do conjunto habitacional apresenta-se como simples e funcional. Desta forma, possui um baixo custo financeiro, acabamentos simples que igualmente demonstram uma falta de verbas e a procura condicionada por soluções económicas. Segundo Luís Trigueiro:

*“(...) a engenhosa solução construtiva, resulta em parte da escassez de recursos financeiros (...) a simplicidade dos acabamentos interiores, reflete a já referida escassez de recursos (...)”*³⁵

³⁵ TRIGUEIROS, Luís, et al.; Álvaro Siza, 1954-1976; Editorial Blau; 1997; p.177

Consequentemente a construção baseia-se em repetições da estrutura. Todos os espaços associados a esta estrutura são entendidos como células independentes que se vão prolongando dando origem aos volumes longitudinais.

4.2.5 Acessibilidades

Relativamente à proposta dos edifícios as soluções arquitectónicas adaptadas a pessoas com mobilidade condicionada dando cumprimento ao Decreto-Lei 163/2006 de 8 de Agosto.

A entrada principal do bloco 1 ao nível do piso térreo, permite a manobra de rotação de 360°, e em todos os blocos, as mudanças de direção de 180°.

A comunicação entre os pisos é feita através de plataformas elevatórias, devidamente homologado para pessoas com mobilidade condicionada.

Todos os espaços de circulação têm, no mínimo, 1,20m de largura, sendo livres de obstáculos. Todos os vãos interiores têm largura útil livre de 0,80m, no mínimo.

A Legislação por parte da Câmara Municipal de Albufeira obriga o cumprimento do requisito segundo o qual 75% dos fogos em cada bloco deverá ser adaptado a pessoas com mobilidade condicionada. Nos apartamentos T1, T3, T4 as instalações sanitárias estão deste modo adaptadas a esta situação.

5. Conclusão

Após a realização desta dissertação, pode-se retirar algumas considerações finais, reflexões essas, que tentarão traduzir ao máximo as experiências vividas ao longo de todo o estudo.

Primeiro, compreendeu-se que no início do século XX existiu uma forte carência por parte da habitação. Esta foi consequência não só da Revolução Industrial como também da 1ª Guerra Mundial, transformando a questão habitacional numa grande tema de debate e de intervenção. Importa lembrar que a habitação social em Portugal é bastante recente, apesar de estar obrigatoriamente ligado ao passado histórico do nosso País. Salienta-se a utilização de referências ligadas à arquitetura tradicional como premissas para a arquitetura contemporânea. Os conceitos modernos foram adoptados, adaptados e reinterpretados pela arquitetura portuguesa.

O Arquiteto terá de analisar e estudar toda a morfologia do local onde o edifício se insere, assim como, modelos de adaptação a estas questões ou mesmo propostas inovadoras para a sua adaptação à atualidade, uma vez que hoje em dia existe um rápido desenvolvimento tecnológico associado não só ao fenómeno da mobilidade urbana como também às mudanças de paradigmas sócias. O arquiteto para idealizar a contemporaneidade devesse de compreender a diversidade das classes sociais, e cada estilo de vida, permitindo que esse conhecimento gere uma organização do habitar contemporâneo.

O habitar na contemporaneidade deve ser compreendido como uma entidade viva, que contribua para a vida da vizinhança, assim, deve reflectir-se sobre as questões do espaço público e da cidade, integrando a habitação na cidade e a cidade na habitação, sugerindo espaços como pequenos cafés, comércio tradicional de rua ou outros equipamentos culturais e de lazer que tornam a vida urbana mais rica e interativa.

Hoje em dia privilegia-se os espaços para a comunidade no centro da cidade ou periferias, para haver uma multidiversidade a nível social, deixando de existir os grandes bairros sociais para a população carência, que se traduziam em zonas problemáticas; nos dias de hoje deve ser criado um espaço público mais pequeno e ligado à própria cidade, mais fácil de gerir.

O processo criativo ligado à implantação e desenho da habitação social em Albufeira, adapta o conceito de bairros sociais para um espaço de comunidade ligado à cidade, com uma linguagem coerente da sua envolvente, mostrando um conjunto habitacional que não se transpareça de habitação social.

A habitação do arquiteto Alejandro Aravena foi interpretada com uma ideia privilegiada para o caso chileno, provocado pela forte carência habitacional e de legislação. Em termos pessoais acredita-se que em Portugal não existe a necessidade de construir uma “meia casa”, em vez de uma “casa ruim”, porque toda essa casa seria possível construir-se apenas com base nas condições oferecidas pela legislação afecta a estes assuntos existente em Portugal.

Por último, é relevante haver um forte apoio por parte do Estado, não só a nível arquitectónico, mas com todo um processo após a sua construção, não basta construir por construir ou realojar por realojar. Se as famílias com graves carências financeiras são inseridas numa habitação, à partida vão continuar com esse problema... parte do Estado acompanhar e complementar a melhoria das suas condições de habitabilidade, de qualidade e de integração social, o que é possível com abordagens tão simples como com verificar as condições de salubridade dos imóveis, a sua integração e sobretudo atender às necessidades específicas no que respeita à educação, emprego, saúde, ambiente, cultura e relações de vizinhança.

6. Bibliografia

ÁBALOS, Iñaki; A boa-vida, Editorial Gustavo Gili, Barcelona 2008

BOUTTIER, Michel; Monastères. Des pierres pour la prière ; REMPART, 1995

CONDE, Antónia e MARTINS e Ana Maria Tavares; Dos Claustros Cistercienses Portugueses: a especificidade de S. Bento de Cástris in “Actas do Encontro Internacional sobre Claustros no Mundo Mediterrânico (Séc. X-XVIII)” (no prelo)

COELHO, António Baptista; Habitação de interesse Social em Portugal; Livros Horizonte; 2005.

CONDE, Antónia e MARTINS e Ana Maria Tavares; Dos Claustros Cistercienses Portugueses: a especificidade de S. Bento de Cástris in “Actas do Encontro Internacional sobre Claustros no Mundo Mediterrânico (Séc. X-XVIII)” (no prelo); s/p.

FERNANDES, José Manuel; Arquitectura Modernista em Portugal; Gradiva; Lisboa, 1993

GUERRA, Isabel; Cidades, comunidades e territórios; Instituto Universitário de Lisboa; Lisboa 2011

GROS, Marielle Christine. O alojamento Social sob o fascismo “pequenas história do alojamento social em Portugal”. Afrontamento. Porto. 1994

Herrerros, Juan. Public and space: a Manifesto. in LAPUERTA, José Maria- Collective Housing; a manual, 2007

JENCKS, Charles; Movimentos Modernos em Arquitectura, Arquitectura & Urbanismo, 1985.

MARTINS, Ana Maria Tavares e Jorge S. Carlos; The re-use of a Monastic space in Lisbon: ideals and realities of the Bernardas' Convent in “HERITAGE 2012. Proceedings of the 3rd. International Conference on Heritage and Sustainable development”; vol. 3; Ed. Green Lines - Institute for Sustainable Development; Junho 2012; pp. 1949-1960

MARTINS, Ana Maria Tavares e CARLOS, Jorge S.; The retrofitting of the Bernardas' Convent in Lisbon in Energy & Buildings (ELSEVIER) [aceite para publicação, inédito à data desta dissertação]

MARTINS, Ana Maria Tavares; El Patrimonio Monástico: Integración y desarrollo en la Ciudad Contemporánea in VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación (Yaiza 2004); Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio. CICOP.ESPAÑA; Tenerife 2004; pp. 21-25

NOBRE, Idalina Nunes; Breve Historia de Albufeira, Câmara Municipal de Albufeira, 1995.

PEREIRA, Márcia Andreia Guedes; Genese, evolução e tipologia da habitação social no concelho de Coimbra; Lisboa, 2010

PORTAS, Nuno; A Habitação Social; proposta para a metodologia da sua arquitectura;(2 volumes); FAUP publicações; Porto 2004

PORTAS, Nuno; O processo SAAL, entre o estado e o poder local; Revista critica de ciências sociais; 1986

RAVETLLAT, Pere Joan; Bloques de viviendas, una perspectiva contemporânea,; Editorial Gustavo Gili; Barcelona 1989

ROCA, Miguel Angel; Habitar-construir-pensar; tipologias,tecnologias, ideologia; EUDEBA Buenos Aires 1987

SERRA, Nuno; Territorio e habitação em Portugal; Oficina de CES, centro de estudos Sociais: Coimbra 1997

SILVA, Maria Margarida Gonçalves Monsanto de Serra; Habitação a custos controlados em Portugal; Dissertação de Mestrado integrado em Arquitetura apresentada na Universidade de Coimbra; ano 2010

TÁVORA, Fernando; Da organização do espaço; FAUP publicações; Porto 1986
Imprensa Naciona-casa da moeda; Recomendações técnicas de habitação social; Lisboa 1994

TRIGUEIROS, Luis, e tal. 1997.Álvaro Siza, 1954-1976.Editorial Blau

TEIXEIRA, Manuel; As estratégias de habitação em Portugal; Analise Social, 1992

ZAPATEL, Juan Antonio; Projectos urbanos. A experiencia do SAAL em Portugal; Universidade federal de Santa Catarina

6.1 Referencias electrónicas

http://www.cm-albufeira.pt/portal_autarquico/albufeira/v_pt-PT/menu_munice/servicos_municipais/Assuntos_Sociais/Habitacao/Habita%C3%A7%C3%A3o+Social/ (acedido pela ultima vez 29/05/2013)

<http://albufeira.bloguepessoal.com/124573/Camara-Municipal-de-Albufeira-ajuda-familias-carenciadas/> (acedido pela ultima vez 20/04/2013)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_das_Bernardas (acedido pela ultima vez 12/10/13)

Conversa com Aravena, Isay, Otávio Zarvos, Fernando de Mello, Franco, Karen Stein e André Corrêa
(<http://www.youtube.com/watch?v=y-JpaB6rysA> acedido pela ultima vez 28.09.13)

http://www.slideshare.net/miguel_gadelho/estudo-da-operao-saal-da-teoria-prtica-15415594 (acedido pela ultima vez em 25/07/2013)

Consultar peças desenhadas anexas